



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

N.º 6/2020/AM

DATA: Vigésimo sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.-----

HORA: Dezanove horas e cinquenta e dois minutos.-----

LOCAL: Centro Cultural de Macieira de Cambra.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP);-----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos, em suplência de António Santos Sousa (PSD);-----

2020.11.26

- Deputado Municipal, António de Bastos Neves, por renúncia de Adriana Helena Silva Rodrigues e impedimento da Cidadã Célia Maria dos Santos Tavares (PSD);
- Deputado Municipal, João Pedro Henriques Silva, em suplência de Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

AUSÊNCIAS:-----

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD), por motivos de saúde;-----
- Deputado Municipal, Ricardo Jorge Rodrigues de Almeida, (CDS/PP), por motivos de saúde, que havia sido convocado para substituição do Senhor Deputado José do Nascimento Peres;-----
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP), por motivos profissionais.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação



da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, declarou abertos os trabalhos da sessão às 19h52, para cumprimento da Ordem de Trabalhos que foi distribuída a todos e a que se vai procurar dar cumprimento.-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Senhor Presidente informou que a sessão conta com a presença de vinte cinco Membros da Assembleia Municipal.-----

Mais informou que, para a realização da presente sessão estão a ser observadas todas as normas de segurança recomendadas pelas autoridades sanitárias, a cuja auscultação procedeu, em razão do que foi estabelecido um espaço de segurança mínimo de dois metros entre as pessoas. Todo o espaço foi desinfetado. Sendo obrigatório o uso de máscara. De um modo geral, dá-se cumprimento a tudo quanto, nesse particular é aconselhado. -----

Deu ainda conta da correspondência recebida, informando que a mesma se encontra arquivada em pasta própria, que exibiu e disse estar à disposição de qualquer Membro da Assembleia Municipal que a queira consultar. -----

Informou que foram convocados Ricardo Jorge Rodrigues de Almeida em suplência do Senhor José do Nascimento Peres, de Carlos Alberto Sousa Matos em suplência de António Santos Sousa e de João Pedro Henriques Silva em

suplência de Joaquim Alexandre Mendes Pinho da Cruz, bem como o Senhor António Bastos Neves para substituição de Célia Maria dos Santos Tavares, que passou a deputada Municipal efetiva por renúncia da Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues.-----

Foram lidos os respetivos Autos de Tomada de Posse de António de Bastos Neves e Carlos Alberto Sousa Matos.-----

O Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, solicitou a palavra antes das tomadas de posse e declarou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão às 19h52 e faz Auto de Posse às 19h30. Afirmou que se os empossados forem assinar a posse posteriormente, já com a hora retificada, aceita, caso contrário não aceita a tomada de posse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu razão ao Senhor Deputado Municipal, agradeceu e sugeriu o aditamento a retificar a hora da Tomada de Posse para as 20h00. Questionou o Deputado se esta solução satisfazia a sua pretensão. Foi então averbada a retificação das tomadas de posse para as 20h00 e agradeceu uma vez mais ao Deputado Municipal a sua achega pertinente.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu as boas vindas aos empossados, transmitindo que é com gosto que são recebidos. Mais informou que a Senhora Vereadora, Engenheira Catarina Paiva, ligou a dar conta que não poderia estar presente, por razões ponderosas e que envia cumprimentos a todos os presentes. Também o Deputado Municipal Ricardo Jorge Almeida não estará presente, impedido por razões de saúde, confinamento. Obviamente o motivo é mais do que suficiente e a Mesa terá isso em conta.-----



(Handwritten signature)

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** passou a ler a renúncia ao cargo enviada pela Deputa Municipal, Adriana Helena Silva Rodrigues:-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, Dr. Miguel Paiva, Venho, pelo presente, apresentar a minha renúncia ao cargo de Deputada Municipal de Vale de Cambra. Este pedido assenta e justifica-se no facto de ter iniciado este mês uma pós-graduação na Porto Business School, com a duração de um ano letivo, e que sendo em horário pós-laboral, me retirará a disponibilidade para cumprir, com rigor, o dever de assiduidade nas sessões da Assembleia Municipal. Admito que é com enorme pesar que me vejo na iminência de ter de avançar com este pedido. Estou, no entanto, plenamente convicta de que, ainda que integrando a Assembleia Municipal numa minoria da oposição, procurei sempre com as minhas análises, intervenções e propostas dar um contributo substancial, crítico e, sobretudo, construtivo para a sua missão, e sempre em prol do superior interesse de Vale de Cambra e dos Valecambrenses. Não posso deixar de lamentar que muitas delas não tenham sido atendidas ou consideradas, mas sei ser assim a democracia: governa e decide quem tem a maioria, numa estratégia superiormente sufragada pelos eleitores, no momento adequado. Agradeço, humildemente, a honra de ter partilhado com o executivo municipal e todos os deputados municipais, estes quatro anos de trabalho conjunto, e onde pude constatar que, independentemente, do partido que representamos, o respeito e a admiração pela “pessoa individual”, maioritariamente, prevaleceu. É este o apelo final que deixo a esta Assembleia Municipal, se assim me for permitido: que o respeito seja um princípio fundamental e norteador, capaz de estar acima de partidos, cores partidárias, interesses pessoais ou, eventualmente, mesquinhos. Respeito pelas pessoas, pelo

enorme “edifício” que é a Assembleia Municipal e, sobretudo, pelos valecambrenses. Uma palavra final para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, Dr. Miguel Paiva, pela enorme elevação com que sempre me tratou, assim como, para o Sr. Vereador do PPD/PSD, Dr. Pedro Almeida, ao Sr. Líder da Bancada do PPD/PSD, Dr. António Augusto, e a todos os meus colegas pela confiança em mim depositada, e que sempre me mereceram a maior lealdade e amizade. A estes, uma palavra final de coragem e de determinação. Despeço-me com elevada estima, amizade e consideração. Viva Vale de Cambra!”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva registou obviamente com pesar, esta renúncia, com base numa razão que o leva a congratular, os motivos de enriquecimento e valorização profissional de uma pessoa que estima e que acompanhou esta Assembleia, no percurso até hoje. Demonstrou uma postura politicamente acutilante mas respeitosa e de grande elevação. Reiterando a sua admiração solicitou aos colegas de bancada lhe transmitam esse apreço, desejando à Dr.ª Adriana Rodrigues os maiores êxitos pessoais e profissionais, na certeza de que o companheirismo existente irá prevalecer.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, informou da receção de um convite da Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra para estar presente na Celebração Eucarística do 109º aniversário. O Senhor Presidente não esteve presente por falhas de procedimento, o convite não chegou atempadamente e, já fez saber ao senhor Presidente de Direção da Banda esse esclarecimento, estando portanto o assunto sanado.-----

Mail Sr António Augusto-----

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra-----



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2020.11.26

ATA Nº 06/2020 AM

FL Nº 46

Por recomendação médica , dado que faço parte do grupo de risco que não se deve expor ao Covid19, não estarei presencialmente pelo que solicito o possa fazer por videoconferencia. Agradeço providencie os meios técnicos para o poder fazer.-----

Recordo que tenho feito este pedido ao Senhor Presidente desde 15 de Maio de 2020.-----

À data, acrescento o facto de ter sido legalmente declarado o Estado de Contingência desde 15 de Setembro de 2020.-----

Respeitosamente-----

O Deputado Municipal Politicamente confinado por V. Exa.-----

António Augusto de Pinho Soares de Almeida-----

Mail Sr António Sousa-----

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra-----

Venho por este meio informar, como é do seu conhecimento, que por motivos de saúde (riscos elevados) não posso estar presente na sessão da Assembleia Municipal de 27.novembro.2020.-----

Mas quero estar presente por videoconferência, se por ventura não for possível agradeço a minha substituição nesta sessão.-----

Resposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmº Senhor António Augusto de Pinho Soares de Almeida-----

Ilustre Deputado Municipal e Prezado Amigo,-----

Acuso a boa recepção do email mediante o qual solicita a disponibilização de meios que lhe permitam participar por videoconferência na próxima sessão da AM.-----

2020.11.26

Apesar dos esforços que nesse sentido encetei, e relevando embora as ponderosas razões que invoca, não nos é ainda possível assegurar a participação dos Senhores Membros da AM por meio de videoconferência, ou outro meio digital, por manifesta falta de condições técnicas para o efeito.-----

Como V^a Ex^a certamente bem compreende, de modo algum podemos insistir na realização da sessão com os meios e condições utilizados na reunião do passado dia 15 de maio, atenta a absoluta falência nas comunicações de som e imagem.---

Recordo que, como já anteriormente lhe referi, o regime excepcional em vigor confere aos Presidentes das AM a faculdade de realizar as sessões por videoconferência unicamente nos casos em que haja condições técnicas bastantes para o efeito, sem deixar de acrescentar que, ainda assim, é inequívoca a preferência do legislador pela realização presencial das sessões.-----

Não curando sequer de invocar a tese dos que defendem que a formação e expressão da vontade orgânica nos órgãos colegiais tem que resultar de um momento solene, formal, presencial, em que essa imediação é essencial á validade do acto e a única que permite garantir a observância dos formalismos legalmente exigidos, sempre direi, isso sim, que a videoconferência, ou outros meios digitais análogos, têm de assegurar que por essa via se alcancem os mesmos fins subjacentes à presencialidade física, designadamente no que concerne a imediatismo e interação.-----

Em razão disso, Caro Senhor Deputado Municipal, não posso determinar a realização da sessão da AM por videoconferência, ainda que parcial, uma vez que não disponho de meios técnicos que garantam a fidedignidade e os demais valores a proteger, como a simultaneidade, debate interativo, entre outros.-----

Resta-me reiterar que estarão asseguradas todas as condições de segurança recomendadas pela DGS e pelas autoridades sanitárias para o funcionamento da



Assembleia Municipal, nomeadamente a medição de temperatura, arejamento do local, higienização dos espaços e equipamentos usados, desinfeção das mãos, sinalização e distanciamento.-----

Sendo quanto me cumpre informar, e continuando ao dispor, apresento a Vª Exª os meus respeitosos cumprimentos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,-----

Manuel Miguel Pinheiro Paiva-----

Segundo mail Sr. António Almeida-----

Exmo Senhor -----

Presidente da Assembleia Municipal-----

Como insistentemente tenho solicitado a V. Exa face à minha situação de doente crónico que padece de diversas patologias que conferem efetivo agravamento de risco em caso de contaminação pelo vírus SARS COVI-2 , continuo a aguardar que me seja facultada a possibilidade de participar nas sessões da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, cumprindo o mandato para o qual fui livremente eleito por sufrágio direto e democrático.-----

Face à inércia e total ignorância das minhas consecutivas solicitações, sou levado a concluir que há uma manifesta vontade de obstaculizar o cumprimento da minha missão e impedir o exercício dos meus direitos políticos e cívicos.-----

Apelo de novo à sua consciência e cultura democrática, exortando- o a tomar diretamente as medidas que se revelem necessárias para criar as condições técnicas e tecnológicas imprescindíveis para que a Liberdade e Democracia em Vale de Cambra sejam valores universais que não estejam sonegados a ninguém e sejamos genuinamente uma comunidade inclusiva.-----

Aguardando as prezadas notícias -----

Com os meus respeitosos cumprimentos de estima e consideração -----

O Deputado Municipal politicamente confinado por V. Exa.-----

António Augusto de Pinho Soares de Almeida-----

Após a leitura destas comunicações o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informa que não tem mais a acrescentar ao que já deu conhecimento anteriormente. Passou então à discussão das atas de 25 de setembro e 13 de outubro que julga todos terão recebido embora com pouca antecedência.-----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 E DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13 DE OUTUBRO DE 2020:-----

Ata de 25 de setembro: -----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, cumprimentou os presentes e agradeceu a palavra. Referiu que ouviu o Senhor Presidente ler os mails e resposta onde refere estarem reunidas as condições para a realização das sessões da Assembleia. Considera que isso não acontece uma vez que lhe foi medida a temperatura à entrada e que registava somente 33°C. Considera ainda que o mesmo se terá passado com a generalidade dos Deputados Municipais. As diretrizes da Direção Geral de Saúde têm de ser cumpridas na totalidade.-----

Em relação às atas, quando recebeu os documentos, fez o trabalho possível, consultou pessoas para o apoiarem e dedicou 5 minutos à sua leitura. Não conseguiu lê-las na íntegra mas denota muitas imprecisões, erros de português, intervenções suas e do público que não estão reproduzidas no documento. Portanto, solicita ao Senhor Presidente tempo para analisar as atas e que a sua



2020.11.26

ATA N.º 06/2020/AM

FL N.º 48

[Handwritten signature]

aprovação seja realizada na sessão posterior. Se o Senhor Presidente propuser a aprovação das atas irá começar a ler os documentos, ver as incorreções e o que está em falta. Caso não acedam ao seu pedido, tem intenção de impugnar a Assembleia Municipal, no que a esse ponto diz respeito.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** afirmou que relativamente às condições de segurança, reitera que estão reunidas todas as condições e que a medição da temperatura não é sequer condição essencial. Em relação ao baixo registo de temperatura será uma anomalia do equipamento. Em relação ao adiamento da aprovação da ata, a próxima sessão de 3 de dezembro, é uma sessão extraordinária e não será possível a aprovação das atas. Poderá passar para a sessão seguinte mas solicitou a opinião dos restantes Deputados Municipais. Solicitou opinião aos líderes de bancada.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, que agradeceu e cumprimentou os presentes. Afirmou que na verdade, sentiu que a ata foi “feita à pressa”, verificou a falta de vírgulas, falhas nas suas intervenções, chegando a duvidar se teria sido aquilo o que tinha dito, notando que falta algum sentido. A intervenção não se apresenta bem transposta. Também o facto da ata ter sido entregue tardiamente, leu e considerou que não estava tão bem como as anteriores. Concordando com o colega Albano Braga.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** esclareceu que houve dificuldade na redação das atas porque os membros da Assembleia Municipal fazem discurso direto e a ata é transposta para o discurso indireto. Também já perceberam a existência de falhas no Secretariado que apoia a Assembleia Municipal e isso tem reflexos e pode este ser um deles. No entanto, refere, querer deixar registado que foi feito um esforço para conseguir

ter as atas o mais rigorosas possível, assumindo que a redação possa necessitar de alguns ajustes.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, referindo que só quem nunca teve a função de escrever atas não compreende a dificuldade que é fazê-lo. Afirmou ainda que tem apreciado o trabalho de quem as tem redigido e elaborado. Referiu ainda que, as suas intervenções careciam de ajustamentos, mas que não alteram o espírito das mesmas. Tomou nota desses ajustes que podem ser agora referidos ou adiar a aprovação do documento, com o que também concorda, deixando à consideração.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** solicitou a disponibilização das retificações.-----

O **Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida**, referiu que se ausentou da sessão, posteriormente há uma intervenção do Deputado Municipal Albano Braga e que regressou à sessão, mas quando faz a sua intervenção comenta a intervenção do Senhor Deputado Albano Braga.-----

Relativamente ao funcionamento da Assembleia e às condições, afirmou ter por hábito ir assistir a Assembleias Municipais de outros Concelhos, para aprendizagem; foi a uma Assembleia Municipal de São João da Madeira, na Casa da Criatividade, e esta decorreu em condições muito idênticas à que estava a decorrer, talvez com menor afastamento e até com bastante público. Afirmou não ser só em Vale de Cambra que as Assembleias Municipais estão a funcionar assim. Tentou ainda ver as convocatórias de outras sessões ordinárias mas também não estão publicadas nos sítios das Câmaras. Concluiu ter de contrariar



2020.11.26

ATA N.º 06/2020/AM

FL. N.º 49

o que tem sido afirmado que não é dada a devida publicitação à Assembleia.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** referiu que a saída do Senhor Deputado consta nos registos mas que não se encontra registo da sua entrada. Claramente aceitar-se-á a retificação.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal Henrique da Silva Dias** referindo que sobre a ata, considera prematuro estar a chegar à conclusão de adiar ou retificar o documento. É evidente, frisou, que os serviços da Assembleia Municipal estão muito limitados em termos de Recursos Humanos. O adiamento não vai resolver o problema, a proposta que o Dr. José Soares apresentou, é a mais indicada; cada um que entende que tem nas suas intervenções erros, fará as respetivas correções e entrega no secretariado que fará as correções. Confessou que não leu a ata na sua totalidade e que é evidente que existem imprecisões, erros, mas que com as condições existentes nem está mau de todo. Quem interveio, se considera que existem erros, faz correções e entrega. Disse considerar essa a melhor solução e avançar.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** referiu que a mesa aceitará todas as sugestões. Depois de recolhidos todos os contributos será o documento enviado a todos para que possam manifestar a sua anuência.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, referiu que, como tinha afirmado, cerca de 99 ou 97% das pessoas não tinham lido a ata. O Deputado Municipal Henrique Dias não viu a ata mas deu a sua opinião. Afirmou ainda que também tem assistido a Assembleias Municipais de outros Concelhos e, deve informar que ultimamente fazem as Assembleias Municipais por videoconferência e tudo corre normalmente. Mais referiu que daqui

a 5 anos estará o Senhor Presidente a continuar a dizer que fará todos os esforços. Em relação à ata não são somente as questões de português, se se deixar as anotações irá desvirtuar a ata, até coisas que foram proferidas no contraditório da discussão. Concluindo, afirmou que se o Senhor Presidente colocar a ata a votação, votará contra, fará declaração de voto e impugnar a aprovação da mesma, porque se constata que ninguém leu o documento. Afirmou estar a apresentar uma solução que seria a aprovação noutra sessão.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, afirmando não querer complicar mas que tem dúvidas acerca da legitimidade da ata, dada a forma como está escrita. Refere haver assuntos que leu que não foi dessa forma que os disse, mas também não se recorda exatamente da forma que o disse. O que está em causa é que teria de ouvir a gravação, porque a sessão foi há um mês. Quem realiza as atas também não pode deixar um mês para as redigir correndo riscos de não recordar o que aconteceu. Quem escreveu esta ata provavelmente nem terá estado presente na sessão, dado o problema de Recursos Humanos. Trata-se de um problema gravíssimo. Quando é necessário destruir as gravações, declara desconhecer se será legítima a situação que está a acontecer.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** referindo-se à gravação desta ata, informou que a mesma não foi destruída, nem poderá ser destruída enquanto a ata não for devidamente aprovada e não for esgotado qualquer prazo de reclamação ou recurso. Os problemas que possam existir na ata de 25 de setembro têm a ver com a redação menos ajustada, menos correta mas não com a omissão de matérias ou assuntos importantes. Portanto, trata-se somente de uma questão de redação. Mais afirma que lhe repugna submeter à votação uma ata que, embora a essência esteja



transposta, a redação não é a mais correta segundo o português que se pratica ou deveríamos praticar. Assim, nessa medida, retirou a aprovação de votação que será submetida na próxima sessão ordinária, solicitando entretanto a colaboração de todos, para que cada um, na parte que lhe refere, ou na parte que se recorda, faça chegar ao secretariado ou a si mesmo as achegas que se entender, para assim se chegar a uma redação corretamente feita de acordo com o que realmente se passou. Portanto, o assunto é retirado.-----

O Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, referiu, para que não restem dúvidas sobre a veracidade do que anteriormente afirmou, esteve presente na última Assembleia Municipal de São João da Madeira, no dia 28 ou 29 de setembro; a sessão foi presencial, sem qualquer utilização de vídeo ou instrumentos de videoconferência. Isto poderá ser confirmado com a Presidente da Assembleia Municipal, Dr.^a Clara Reis ou com quem lá esteve. Inclusivamente não tinha realizado marcação de presença no público mas foi-lhe autorizada a assistência.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13 DE OUTUBRO DE 2020:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referindo-se à ata de 13 de outubro, questionou se alguém pretendia intervir. Não havendo pedidos de palavra, passou à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão extraordinária de 13 de outubro de 2020 por 19 votos a favor e 6 abstenções que têm a ver com o facto de não terem estado presentes na sessão em causa.-----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, recordou que estão limitados por um tempo que é regimentalmente disponibilizado e, para além disso, também por constrangimentos decorrentes da situação do COVID-19, pedindo a todos os Senhores Deputados o favor de serem concisos nas suas intervenções sem, obviamente, deixarem de despender as opiniões que considerarem pertinentes.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, para fazer um ponto de ordem à mesa, referiu que o Senhor Presidente enviou as informações e que esse ponto não consta da ordem de trabalhos para que possa haver discussão. Terá sido um lapso. Também na Ordem de Trabalhos não contempla intervenção do público, terá sido outro lapso que pretende que fique considerado. Na Ordem de Trabalhos a informação escrita, até porque tem questões a colocar há contraditório e a intervenção do público também, conforme documento rececionado.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, em resposta a esta intervenção do Senhor Deputado, deu-lhe razão, referindo a existência de duas falhas que terão sido corrigidas e provavelmente não terão sido comunicadas, mas, pelo menos no edital que foi elaborado, terá sido corrigido. Ou seja, foi feita menção à informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal e à intervenção do público que estariam obrigados pelo Regimento e pela lei a observar, não sendo possível descuar essa possibilidade. De qualquer forma alertou para esses dois pontos serem tidos em consideração e ser disponibilizado tempo para esse efeito.-----



Tomou da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares** cumprimentou os presentes.-----

Afirmou que, como será do conhecimento de todos, a jovem castelonense Ana Beatriz Sousa, venceu o concurso de fado na RTP1, a jovem levou o nome da freguesia, bem como do Concelho além fronteiras, enriquecendo dessa maneira a cultura local. A Freguesia de São Pedro de Castelões aposta na cultura, através da promoção de associações e coletividades existentes na área. A Ana Beatriz Sousa já presenteou o público com os seus fados na Semana Cultural e na Feira da Castanha, atuando com o maior êxito. A Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões aposta e dá oportunidade às pessoas “da nossa terra”, para que apresentem os seus talentos e assim em conjunto promoverem a cultura da freguesia. Com apenas 20 anos, a jovem conquistou uma grande vitória quer a nível pessoal e familiar quer para a sua freguesia e concelho. Depois de quatro eliminatórias o objetivo foi alcançado, a vitória irá abrir-lhe novos horizontes e o seu futuro avizinha-se promissor. A Ana Beatriz foi atuar no festival, irá atuar no Festival Alfama 2020 e ainda terá a possibilidade de produção e gravação de um CD nos estúdios Primetime. Referiu ainda que esta trouxe o troféu alusivo ao passatempo. Assim, perante tudo isto, propôs, em nome da bancada do CDS um voto de louvor e de mérito para a Ana Beatriz Sousa, desejando ainda que a vida lhe proporcione tudo aquilo que deseja. Para a Ana Beatriz Sousa deixou um bem haja em nome da freguesia e do concelho que a viram nascer e que assistem como redobrando favor na arte que tão bem sabe interpretar. Desejou ainda que Deus lhe continue a dar voz e saúde para continuar a levar bem longe o nome de Vale de Cambra. Agradeceu.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, aceitou a sugestão que será sujeita a votação.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, dirigiu-se ao Senhor Presidente e informou a mesa e todos os presentes que muitas vezes o Senhor Presidente da Câmara Municipal fica zangado com as perguntas que lhe são colocadas e até as interpreta como perseguição e, muitas vezes, essas perguntas ficam sem resposta. Referiu que se houvesse transparência e verdade muitas das situações que acontecem não aconteceriam porque ninguém é obrigado a saber tudo, mas quando os Deputados e o público colocam questões merecem, no mínimo, uma resposta. Pode não ser na hora, mas que seja na semana seguinte ou passados quinze dias ou três semanas. Afirmou possuir questões requeridas há anos e afirmou na última sessão, de setembro, que seriam obrigados a fazer o trabalho, por falta de elementos. Muita perda de tempo, chatices e custos financeiros. Deu ainda informação que deram entrada no Ministério Público e na Polícia Judiciária duas denúncias/queixas, uma sobre a Escola EB 2 3 das Dairas, patrocinada por si próprio, pela bancada do PS e pela bancada do PSD. O outro processo, não referirá qual é mas afirma ser da sua inteira responsabilidade.-----

Pretende questionar o Senhor Deputado Henrique Dias se pertence aos órgãos sociais do Centro Paroquial e Social de Arões e, na ata da sessão de setembro, o Senhor Henrique Dias afirmou fazer parte dos órgãos sociais de duas IPSS's em regime de voluntariado. Parabenizou-o. Questionou de seguida como sendo nesta Assembleia Municipal, Deputado Municipal e líder de bancada do CDS, após consultar os estatutos do Centro Paroquial e Social de Arões, no seu ponto 4 do artigo 11, refere taxativamente as incompatibilidades. No ponto 3 do artigo 11º que foi assinado pela Direção a 29.09.2015 e assinado pelo Senhor Bispo de Viseu a 23.10.2015, refere que qualquer pessoa que pertença a qualquer órgão autárquico não pode pertencer aos órgãos sociais da instituição. Questionou ainda o que irá fazer no dia seguinte.-----



[Handwritten signature]

Referiu depois que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não faz qualquer esforço para que as Assembleias Municipais sejam transmitidas e proporcionadas às pessoas que não podem estar presentes em videoconferência e, recordou mais uma vez, o Senhor Presidente da Câmara Municipal faz inúmeras videoconferências para dezenas de pessoas. Qualquer associação de bairro faz videoconferências com dezenas de pessoas. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal na qualidade de membro do Conselho Fiscal da Associação de Futebol de Aveiro, penso que faz as reuniões por videoconferência, por plataformas que não têm custos. Não faz aqui porque não tem vontade de fazer.-----

Dirigiu-se depois ao Senhor Presidente da Câmara referindo que decorreram umas obras e ainda decorrem, nas Baralhas, numa reconstrução de muros e da via, afirmando desconhecer se já estará alcatroada. Teve conhecimento que essas obras pararam 12 dias por qualquer condicionalismo, o que é normal acontecer, mas transmitiram a alguns munícipes das Baralhas que as obras pararam por culpa do Senhor Albano Braga. Já questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, pessoalmente, para saber se sabia de algo, ou se teria sido o próprio a proferir essas palavras, mas, este afirmou não ter sido ele. À partida teria sido alguém da Junta ou da Câmara. Ficou convencido que terá sido alguém da Câmara, o que é inqualificável, é política do pior que pode haver. Alguém dizer que as obras pararam por culpa do Albano Braga e este, nem saber que obras lá andavam. Depois, por curiosidade, foi lá ver, e questiona agora o Senhor Presidente da Câmara sobre uma reunião que houve há meses nas Baralhas, na presença do Dr. Armando Ribeiro e o seu Chefe de Gabinete, com um ou dois munícipes das Baralhas acerca de uma propriedade, para por a hipótese de cortar, ou ceder, ou vender, para aproveitar para alargar a via. Mais informou que esses munícipes estão até hoje à espera

que houvesse consequências dessa reunião. Nunca houve e, agora as pessoas dizem que a via fica esganada por culpa desses munícipes porque não colaboraram. Encontra-se autorizado a fazer esta afirmação, foi-lhe solicitado que fizesse esta referência. Aproveitando a temática, questionou que se fez um grande muro e também que havia uma obra ilegal e foi construído parte de uma parede e de uma garagem nesse muro ilegal. Questionou o Senhor Presidente e Vice-Presidente se essa obra que estava ilegal há 10, 20 ou 30 anos, se passou a estar legal.-----

Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara se esteve no evento de Fórmula 1, realizado em Portimão, e se sim, a que título é que lá esteve, se foi a título pessoal ou a convite de alguma entidade. Acrescentou que o Senhor Presidente todos os dias refere, nas suas páginas do Facebook, antes de anunciar na página oficial da Câmara Municipal, que apela ao cuidado, apela ao distanciamento, ao confinamento, a tudo, mas não se coíbiu de passar dezenas de Municípios para ir a um evento de Fórmula1, que foi miserável, que deu origem a alguns surtos de Covid-19. O Senhor Presidente é como o Frei Tomás “olha para o que eu digo, não faças o que eu faço.”-----

Referiu a participação na Reunião de Câmara Pública, de Outubro, para colocar questões e, esteve presente também na Reunião Pública da Câmara Municipal de Novembro, nesta o Senhor Presidente não esteve presente. Foram abordados alguns assuntos, entre eles o processo de criação da Zona Industrial de Algeriz. Assistiu à intervenção e não interveio esperando até ao momento em que seria autorizado a falar. Quando foi discutido o ponto da Ordem de Trabalhos da Zona Industrial de Algeriz, o antecessor do Senhor Presidente deu instruções, falou com o Senhor Presidente e com o Senhor Vice-Presidente. Em relação a esse processo ouviu as razões dos Vereadores presentes, Nelson Martins e Pedro Almeida, explicaram as razões, fizeram Declaração de Voto e, na sessão de



novembro o assunto voltou à discussão. Inclusive um técnico da Câmara Municipal fez intervenções políticas, quando devia estar calado. Um técnico da Câmara só deve intervir a pedido do Senhor Presidente da Câmara ou de um Vereador. Mais informou que se encontra a aguardar a aprovação das atas, vai solicitar atas certificadas e vai enviar para o IGAT para aferir o que se passa com a Zona Industrial de Algeriz. Acrescentou ainda que, como referiu o Vereador Pedro Almeida, se calhar em 2023 e 2024 ainda não vai estar resolvido para mal dos investidores que já lá meteram muito dinheiro. É inacreditável que num processo destes tenha sido um técnico em vez do Senhor Presidente ou um Vereador a dizer que a Câmara suportará 10 ou 50 ou 70%. Após alguma discussão a proposta do Senhor Vereador, José Alexandre, reduziu os custos para 30%. Um técnico não deveria fazer propostas de âmbito político.-----

Em relação aos casos de contágio de Covid-19 no Município, teve conhecimento que aconteceram em contexto de trabalho e, o Senhor Presidente da Câmara nunca o comunicou. Perguntou qual o problema de divulgar informação sobre isso. Na reunião de novembro esteve lá um técnico que tinha testado positivo três vezes.-----

Assistiu na última reunião, o Senhor Presidente em exercício, Vice-Presidente António Alberto, em dois pontos da Ordem de Trabalhos, solicitou à Senhora Vereadora, que não está presente na sessão, Vereadora Catarina Paiva, para fazer a introdução do ponto e dar algumas explicações. A Senhora Vereadora respondeu “eu não sei o que é que se passa, isso passou-me ao lado, não sei o que é isso”. O Senhor Presidente está a ultrapassar os seus Vereadores, as coisas são feitas pelos Técnicos e passam diretamente para si sem passar pelo Vereador do Pelouro.-----

Referiu-se ainda ao Voto de pesar apresentado pela bancada do PSD, acerca de uma cidadã que não era de Vale de Cambra. Há uns meses, o Senhor António

Augusto, Deputado Municipal, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Cambra que foi Presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira e era militante e deputado do CDS/PP. Na altura absteve-se pois considera que não se deve votar uma vez que as pessoas não são de Vale de Cambra. Esse voto foi proposto pela bancada do PSD, foi votado e aprovado. A situação com a cidadã de Oliveira do Bairro, esposa do deputado/vereador Cavaleiro, foi chumbado. Absteve-se e manteve a sua posição uma vez que os pressupostos eram iguais. Os senhores deputados do CDS, presentes, votaram um voto de pesar ao Senhor Manuel Cambra, do CDS e votaram contra no voto de pesar à outra senhora talvez por ter ligação com o PSD.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, afirmando não querer insistir no assunto mas que considera de extrema importância. Em relação ao Covid-19 já houve conhecimento de casos nos membros da Assembleia e, por vezes houve insistência em ter algumas condições que na sua opinião seriam legítimas, no caso, a videoconferência, outros elementos cansam-se e pedem substituição das sessões. Além dos casos Covid, verifica-se a ausência de uma Vereadora, Catarina, que eventualmente, dado não poder estar presente, se houvesse a possibilidade dessa videoconferência, dessa facilidade, até podia participar, porque é uma Vereadora e terá informações a dar e a esclarecer. Na sua opinião trata-se de uma tecnologia tão atual e extremamente fácil e que todos conhecem com certeza, mesmo ao nível doméstico, é mais fácil fazer uma videoconferência do que um telefonema. Na sua opinião é legítimo as pessoas estarem a insistir. É tão fácil fazer uma videoconferência que considera estarem a ignorar algo que ninguém acredita. Se os outros fazem ou não, não importa. Afirmou serem uma equipa, um grupo de trabalho, os representantes de Vale de Cambra, a população de Vale de Cambra e, não se tem conseguido criar uma ideia de trabalho com as pessoas que



usualmente se trabalha, que foram votados para este trabalho, que têm projetos juntos e as pessoas estão a dispersar. Estão a ser criados atritos. Referiu ainda não acreditar que seja por falta de condições, as condições existem em todo o lado, parecendo este ser o único local onde não existem. Assim, as condições não estão nas pessoas, mas sim nas vontades. Afirmou que o Senhor Presidente ainda não indicou quais as condições que não tem para fazer a videoconferência, o que constitui um atraso, uma perda, uma ilegitimidade. A equipa de trabalho está a ser fragmentada. Na sua opinião é inadmissível; não existem condições porque não se quer.-----

Referindo-se ao Regimento da Assembleia Municipal referiu a reunião de 9 de junho, data em que foi estipulado um prazo para apresentação de propostas. Foi apresentada uma proposta e desde esse dia, em todas as sessões que está presente fala deste assunto. Questionou o que o Senhor Presidente terá a dizer sobre o assunto.-----

Concluiu que dados os dois pontos agora apresentados, começa a ter dúvidas acerca do que realmente se está a passar; sente alguma falta de respeito; não pretende colocar ninguém em mal, mas sente-se mal, chegando a perder a ambição de ajudar.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu não querer comentar mas tendo que o fazer. Quando o Senhor Deputado Municipal refere a apresentação de uma proposta questionou o Senhor Presidente se pretende que agende a votação dessa mesma proposta para a sessão seguinte. A proposta apresentada pelo grupo de trabalho foi o Regimento da Assembleia Municipal do Porto. Solicitou ao Senhor Deputado para o corrigir caso esteja enganado. Esteve a tentar ajustar o documento mas considera que para além do esforço não tem legitimidade nem o dever de o fazer, pois tem dificuldade em perceber as várias sensibilidades presentes na Assembleia

Municipal para estar a fazer um regimento com base nisso. Afirmou que estaria somente a clarificar para que não restem dúvidas.-----

Em relação à videoconferência referiu não haver nenhuma má vontade da sua parte, da parte da Mesa, ou de quem quer que seja. Todos têm a preocupação de garantir que as sessões se consigam fazer reunindo todas as condições máximas, conforme resposta enviada aos Deputados António Augusto e António Sousa, de interatividade, intervenção e imediação. Mais esclareceu que, não na sessão seguinte mas na subsequente existirão essas condições. É a sua expectativa, só lhe restando penitenciar-se pela demora e assegurar que não há má vontade.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, afirmando que colaborará com a Assembleia e com o Concelho. Propôs o Voto de Louvor seguinte:-----

“Considerando que com o abandono deste órgão autárquico por parte da Drª Adriana Rodrigues, a bancada vê elevar-se para 3 o número e mulheres que abandonaram a vida política, entende o PSD que este facto é merecedor da necessária reflexão cívica, social e política desta Assembleia.-----

Apesar da significativa evolução que a sociedade Portuguesa tem revelado no que alude à crescente ocupação de lugares de destaque por parte das mulheres, quer na vida académica, na vida económica e na vida política, a verdade é que continua a ser extremamente difícil conciliar a sua condição feminina com o exercício pleno dos seus direitos cívicos e políticos. -----

As mulheres que aceitam e decidem abraçar o desafio do serviço à comunidade, servindo-a na política têm sido inequivocamente uma mais-valia, pelo contributo positivo que a sua peculiar forma de ver, ser e estar na vida e no Mundo. -----

Contudo, as mulheres que têm partilhado o seu tempo, a sua determinação e inteligência servindo a comunidade na política continuam a enfrentar



[Handwritten signature]

preconceitos, barreiras e dificuldades que em nada facilitam a sua missão, bem pelo contrário, vão a pouco e pouco gerando desmotivação, desilusão e desistência.-----

No sentido de prestar tributo às mulheres e à sua dedicação à política ativa e fazer jus aos seus sacrifícios e privações, para conciliar esta sua missão com todas as demais dimensões e responsabilidades das suas vidas, a bancada do PSD propõe a esta Assembleia Municipal um VOTO DE LOUVOR às senhoras deputadas: Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado; Adriana Helena Silva Rodrigues; Marisa Alexandra Ferreira Tavares. -----

E nas suas pessoas personalizar este VOTO DE LOUVOR estendendo-o a todas as mulheres valecambrenses que se interessam ou participam ativamente na vida política da nossa comunidade; -----

Com este VOTO DE LOUVOR, esta Assembleia Municipal estará a dar sinal positivo de incentivo e estímulo às jovens da nossa comunidade para que não se desinteressem, nem deixem de participar na atividade nobre e dignificante da política, tomando parte no processo de decisão sobre os destinos coletivos da vida da sua comunidade.”-----

Referiu ainda a vontade de reforçar algumas ideias já abordadas. Neste tempo, presente, atípico, as redes sociais e outras plataformas digitais constituem o garante do encontro possível entre as pessoas e, para muitos, o único meio de trabalho, de informação e formação. Se por um lado foram eleitos para corresponder às expetativas do povo, e se se disponibilizam a servir todos por igual, e se por outro, se verifica cada vez mais o afastamento das pessoas à causa pública e à vida política, que tanto populismo agradece e alimenta, e tendo ainda em conta outras realidades, afirmou ser urgente abrir a Assembleia Municipal à população valecambrense que tanto confiou nos deputados para resolver os seus problemas e melhorar a sua qualidade de vida. Assim, estariam a

melhor informar e envolver a população nos problemas do Concelho tal como a despertar-lhes o interesse e o envolvimento na resolução, tornando as decisões acessíveis a todos. De outra forma continuarão com muitas informações confinadas às paredes da sala de sessões e às atas arquivadas, e as pessoas privadas do conhecimento e das decisões aí tomadas e do seu baixo envolvimento na vida cívica. Acrescentou não ver qualquer tipo de impedimento em dar esse passo fundamental do exercício da liberdade, de igualdade e que permitiria a envolvência de todos os cambrenses, tornando-se um desafio para a evolução, a exigência e transparência da classe política. Transparência no sentido de não haver ruído no canal de comunicação com as decisões à população, entenda-se que a comunicação por vezes pode chegar deturpada. Afirmou ter assistido recentemente a uma Assembleia Municipal do Município de Ovar, todos os vareiros que tenham um simples smartphone ou um computador tiveram acesso à tomada de decisões importantes para o seu Concelho.-----

Na casa onde se encontram foram transmitidos dois extraordinários concertos das fantásticas bandas de Vale de Cambra e Junqueira, transmissão essa com excelente qualidade de imagem e som, possibilitadas porque existiam todas as condições técnicas. Afirmou não conseguir compreender quais as razões que impedem o Senhor Presidente de tomar tal decisão neste mundo que avança e a Assembleia Municipal parada no tradicionalismo; depois há queixas que os jovens viram as costas à política.-----

Acrescentou ainda a não existência de comunicação social na sessão para transmitir ideias fundamentais, importantes para o Concelho. Seria muito importante transmitir via Zoom, via tantas plataformas que já pessoalmente teve que utilizar no trabalho, mas também abrir as sessões a toda a população, à semelhança do que foi feito com a transmissão dos concertos, em direto, com muita qualidade. Referiu ainda, uma vez mais, que recebeu o e-mail do Senhor



António Augusto Pinho Soares de Almeida, também os deputados municipais que possam ter algum impedimento para estar presentes, que é o caso deste senhor e de outros já referidos na sessão, este Deputado Municipal que insistentemente tem solicitado a V. Ex.^a, face à situação de doente crónico, que padece de diversas patologias, que conferem efetivo agravamento de risco em caso de contaminação pelos vírus Corona 19, continua a aguardar que lhe seja facultada a possibilidade de participar nas sessões.-----

Para terminar colocou três questões ao Senhor Presidente da Câmara de Vale de Cambra:-----

1. Qual a finalidade da Casa Florestal da Felgueira? Já está concluída ou não? Qual o motivo porque ainda não está em funcionamento?-----

2. Foi realizada intervenção em duas estradas do Município, Arões Junqueira e Viadal, Vilar e Paço de Mato. Questionou qual o critério para a escolha do produto que foi aplicado. O produto utilizado, micro aglomerado betuminoso, a frio, tem cerca de quinze milímetros de espessura, portanto não tem função de regularização do piso, sendo apenas de conservação. Tem a função de impermeabilização do piso, tem reduzida camada de desgaste, fica normalmente com aspeto de novo mas, entretanto tem uma validade de mais ou menos cinco anos. Terá também a informação que será cinco vezes mais barato do que o betuminoso que habitualmente se utiliza. Não tapa imperfeições do piso. Na sua opinião a Câmara teria dinheiro para colocar o outro produto. Qual o critério? Os Senhores Presidentes de das Juntas concordaram?-----

3. Encontram-se uns contentores na Felgueira, junto ao Campo de Futebol, na Rua da Anta, por lá espalhados, sem qualquer proteção. As pessoas têm demonstrado grande preocupação com as infiltrações que possam contaminar as fontes. Questionou qual o ponto de situação da obra, se irá avançar e o que impede essa construção. Referiu ainda outros problemas associados na mesma

zona, como a limpeza dos matos ali à volta. O que é que está a impedir a conclusão da obra?-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, manifestou uma palavra de apreço e despedida à ex-colega, Dr.^a Adriana Rodrigues, agradecer toda a simpatia, toda a cortesia que sempre dispensou, em particular a si, e também todas as intervenções que teve, os seus contributos que concordando ou discordando foram todos muito construtivos e dos quais irão, com certeza, tirar boas ideias. Nessa saudação e voto apresentado às três deputadas do PSD que já renunciaram, e não discute, de modo algum, os méritos que tiveram. Contudo, quer registar que, na Assembleia continuam outras mulheres que ainda permanecem e que também têm família e também têm filhos e também têm profissão. Encontram-se na sessão duas deputadas que são profissionais de saúde e que vivem um momento difícil e que, na sua opinião, deveriam também ser englobadas no Voto de Louvor e que esse voto não fosse tão parcial e tão dirigido.-----

Deixou uma mensagem à Dr.^a Adriana Rodrigues que, também ele, há 31 anos renunciou ao cargo para também frequentar uma pós-graduação que, como na sua situação, também coincidia com as reuniões da Assembleia Municipal. Essa pós-graduação foi um contributo enorme para a sua carreira profissional e, aquilo que lhe deseja é que também esta pós-graduação que vai frequentar tenha um contributo igual ou superior na sua carreira.-----

Uma segunda nota foi um cumprimento e felicitação à Ana Beatriz Sousa, que apresentou na pessoa do colega Hugo Sousa e também do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, porque realmente foi um grande sucesso. Afirmou ainda ter visto no youtube aparecer a Ana Beatriz nas sugestões, o que o deixou muito honrado.-----



[Handwritten signature]

Referiu ainda que na altura em que emerge o reconhecimento de uma artista do Concelho, a quem deseja grande sucesso, coincide com uma grande perda para a cultura do Concelho. Ao entrar no Centro Cultural achou-o mais pobre, foi a enterrar um grande artista, Senhor António de Pinho, da Banda de Música de Vale de Cambra. Executante, professor de música deixa indelevelmente o seu nome ligado à cultura do Concelho. Ao Senhor António de Pinho e à sua família prestou a sua homenagem, uma vez que considera que o mesmo deveria ser referido na sessão.-----

A terceira nota refere-se a algo que não foi possível fazer na última sessão extraordinária de Eleição da Administração da CCDRN e, foi um ato meramente eleitoral, pelo que expressou nesta sessão e fazendo parte da Assembleia do Colégio Eleitoral, uma palavra e uma esperança de que a administração eleita tenha um trabalho profícuo e deixar fundamentalmente uma palavra de reconhecimento e de apreço pelo trabalho daqueles que deixaram de estar na administração. Referiu em particular duas pessoas, o Presidente Fernando Sousa e a Vice Presidente, Professora Ester Gomes da Silva, pessoas muito competentes, com altos cargos governamentais que dedicaram muito à Região Norte, não podendo deixar de lhes agradecer esse trabalho.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, e a Mesa subscrevem e também sentem algum constrangimento pelo óbito do Senhor António Pinho. O trabalho que desenvolveu e a pessoa que foi ao longo de toda a sua vida.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias**, dirigiu-se ao Deputado Carlos Matos felicitando-o pela sua intervenção, referindo que ser oposição é isso mesmo, mostrar as ideias, fazer perguntas de forma civilizada e apresentar propostas dignas. A proposta apresentada sobre as senhoras que pela Assembleia Municipal passaram é digna mas realmente o alerta do Deputado

José Soares é justo e sugeriu à Mesa, se o proponente Carlos não se importar, que seja incluída nesse louvou as outras senhoras que fazem parte da Assembleia.-----

Referiu-se também à Ana Beatriz Sousa, de facto uma grande artista, felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões pela lembrança que teve em trazer à Assembleia Municipal a possibilidade de todos se lembrarem do sucesso que a jovem está a ter. Uma voz fantástica que executa brilhantemente no fado e na voz lírica. Servirá também para algum acolhimento e incentivo para que ela continue.-----

Respondeu ainda ao Deputado Albano Braga que fez bem em ler os estatutos; não viu que os estatutos foram aprovados pela Diocese, pelo Senhor Bispo, e, na altura da tomada de posse a questão da incompatibilidade foi levantada a quem de direito. Portanto, não era necessário dar-lhe a explicação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, tomou da palavra referindo que, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, e porque deram entrada na Mesa dois Votos de Louvor, e nada mais havendo a acrescentar, seriam colocados à votação:-----

1. Apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, um Voto de Louvor a Ana Beatriz Sousa. Não houve nada a acrescentar ou modificar. 24 votos a favor e uma abstenção.-----

Declaração de Voto – Deputado Municipal Hugo Sousa – Dado que a Ana Beatriz é sua irmã considerou que não seria de bom tom votar o ponto. Aproveitou para agradecer as simpáticas palavras que disseram da irmã.-----

2. Apresentado pela bancada do PSD, no entretanto foi apresentada sugestão por dois membros da Assembleia Municipal no sentido de além das Deputadas Rosa Anita, Adriana Rodrigues e Marisa Alexandra Tavares, se englobem as demais



mulheres. A proposta apresentada já refere num parágrafo que nas Deputadas Municipais a bancada do PSD pretende personalizar o Voto de Louvor estendendo-o a todas as mulheres valecambrenses que se interessam ou participam ativamente na vida política da comunidade.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, afirmando que estão referidas no Voto todas as mulheres, inclusivamente as presentes na sessão, todas com a sua disponibilidade e contributo extraordinário. Trata-se de uma homenagem, não vê qualquer inconveniente a acrescentar.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, questionou se haveria mais alguma intervenção.-----

O **Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida**, acrescentou que obviamente depende de quem lê o Voto de Louvor mas, na sua interpretação, o documento acaba por distinguir umas pessoas em relação às outras. Inclusivamente o voto é extensivo às pessoas que se interessam pela política no concelho. As mulheres presentes na Assembleia também se interessam ou não estariam na sessão. Mas, na sua opinião, quem ler o documento vai sentir discriminação entre umas e outras, de certo modo indo de encontro ao que tinha referido.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, questionou se haveria alguma outra sugestão.-----

O **Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, refere que o Voto deve ser dirigido a todas as mulheres que integram a Assembleia Municipal. Considera importante de facto chamar a atenção das mulheres para este facto. Mais afirmou que desconhece se alguém já se terá apercebido que nunca houve em todo o regime democrático e pré-democrático uma mulher que fosse Presidente da Câmara de Vale de Cambra; nunca houve uma mulher que fosse Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra e,

pelo que investigou, nunca houve uma mulher que fosse eleita Presidente de Junta de Freguesia no Concelho de Vale de Cambra, embora já tivesse havido uma que exerceu o cargo interinamente. Será necessário relevar o papel de todas as mulheres, todas presentes na Assembleia Municipal. Não querendo descriminar negativamente as três cidadãs exemplares que constam do Voto de Louvor.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, questionou a bancada proponente acerca de manter a proposta ou fazer algum ajustamento. Se eventualmente aceitaria, em vez de mencionar as senhoras deputadas, Rosa Anita, Adriana Rodrigues e Marisa , constar, as senhoras deputadas que integraram e integram a Assembleia Municipal; não pretendendo alterar o objetivo do Voto. Afirmou estar a tentar conciliar as várias sensibilidades.-----

A proposta ficaria exatamente igual com menção às três Senhoras Deputadas e depois dir-se-ia, nas suas pessoas personalizar o Voto de Louvor estendendo-o a todas as mulheres valecambrenses que se interessam ou participam ativamente na vida política da comunidade , nomeadamente Senhora Deputada Rosa Anita, Adriana Rodrigues, Marisa, e demais deputadas municipais.-----

Tomou da palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares**, dirigindo-se ao Senhor Presidente para considerar colocar os nomes de todas as Deputadas Municipais.-----

O **Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, refere que o proponente é que deverá manifestar-se em relação à alteração ou não do documento. Afirmou ainda a sua intenção de abster-se na votação pois não vai ser nas pessoas das três deputadas que vai relevar as outras, não são umas de primeira e outras de segunda. Trata-se de uma posição pessoal.-----



[Handwritten signature]

Concedida a palavra ao **Senhor Vereador, José Pedro Vieira de Almeida**, refere que a proposta do PSD abrange todas as mulheres que exercem funções autárquicas, como se sabe, uma Autarquia não é apenas a Assembleia Municipal é também a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Portanto, ao colocar somente a Assembleia Municipal estão a ser excluídas aquelas que nas Juntas e na Câmara Municipal exercem funções.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** afirmou que o proponente é o Senhor Deputado Carlos Matos e, será este Deputado a decidir o que fica no Voto. O que o Deputado decidir é posto a votação.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, afirmando que a proposta da sua bancada de forma alguma tem a pretensão de dividir seja quem for. Portanto, para ser objetivo e concreto manterá a sua proposta.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** colocou a proposta a votação como deu entrada e como foi lida na sua redação original. Trata-se de uma proposta de Louvor às Senhoras Deputadas Municipais referenciadas, com explicitação que nestas pessoas o voto se estende a todas as mulheres valecambrenses que se interessam ou participam ativamente na vida política da comunidade. Seis votos a favor, dezanove abstenções, não tem votos contra.-----

O **Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida**, apresentou uma Declaração de Voto: É uma declaração de voto pessoal não por não reconhecer a qualidade das três mulheres homenageadas, de grande qualidade, grande entrega à causa cívica, grandes profissionais e que sempre tiveram um grande comportamento nesta Assembleia Municipal. Felicitou a sua atividade quando se despediram. Apenas não concorda que haja uma

discriminação relativamente a outras mulheres que também fazem parte desta Assembleia Municipal e que julga merecerem igualmente ser homenageadas.-----

O Senhor Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias, apresentou uma Declaração de Voto: A bancada do CDS esclarece o seguinte: Esta abstenção não tem nada contra as três senhoras homenageadas. Faria todo o sentido, na sua opinião, que a proposta tivesse sido corrigida para lhe dar a amplitude que foi inicialmente lançada pelo Dr. José Soares e com a qual concorda. O PSD não quis assim, será respeitado e, as senhoras homenageadas merecem a si e a toda a bancada do CDS um enorme respeito, as senhoras foram de facto elevadas e acrescentaram valor a esta Assembleia. A abstenção do CDS é porque existe discriminação. Como não concordam com discriminação abstiveram-se, mas o voto de louvor passa.-----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos, apresentou uma Declaração de Voto: Na proposta apresentada não há qualquer discriminação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, saudou os presentes e iniciou por deixar duas palavras à Ana Beatriz Sousa que já foi referido o seu mérito e capacidade; deixou uma palavra de reconhecimento pelo brilhante desempenho e naturalmente desejar as maiores Felicidades, acreditando que terá um futuro promissor, uma estudante que se esforça e que procura cultivar o conhecimento e aquilo que é arte. A Ana faz jus à arte porque é uma artista.-----

Dedicou também uma palavra à Mafalda Soares de Pinho que recentemente viu a sua obra “Entre a Morte e a Vida” thriller e suspense premiada. A Câmara Municipal já aprovou um Voto de Louvor que lhe foi remetido, querendo dar nota disso. Vale de Cambra tem sido um Concelho que tem criado e feito com que alguns artistas e jovens artistas se evidenciem nas mais variadas áreas.-----



[Handwritten signature]

Acrescentou uma palavra pelo falecimento do Senhor António Pinho, um brilhante músico, brilhante professor da Banda de Música de Vale de Cambra, e que neste dia foi a sepultar. À sua família e à Banda de Vale de Cambra um voto de pesar e o profundo sentimento de perda.-----

Deixou uma saudação ao Senhor António Neves e ao Engenheiro Carlos Matos por neste dia assumirem as funções na Assembleia Municipal, que sejam bem vindos e desejou as maiores felicidades no desempenho da missão.-----

Por fim, à Dr.^a Adriana uma palavra de carinho e de simpatia. Embora os ataques nas sessões políticas, pessoalmente houve um relacionamento cordial, por isso desejou-lhe as maiores felicidades na sua vida académica e profissional.-----

Relativamente à obra nas Baralhas, afirmou desconhecer a que se refere, tem conhecimento que a obra foi executada, haverá uma segunda fase de execução para que no seu todo faça sentido. A obra não está encerrada e existe uma negociação pendente para que seja concluída. Esse processo terá continuidade.--

Em relação à questão do foro pessoal não responderá, tem liberdade na sua vida pessoal para assistir a um concerto, um espetáculo, o que seja, é do foro pessoal. Se o Deputado Albano Braga voltar a questionar assuntos pessoais, não responderá.-----

No que diz respeito à Zona Industrial de Algeriz o Senhor Deputado constatou um facto que não tem a possibilidade de responder, referiu a existência de surtos no Algarve, também não conseguirá responder. A Zona Industrial de Algeriz está a ter o seu desenvolvimento, a seguir os trâmites normais. Muitas vezes a Assembleia Municipal tem sido abordada na questão da indústria, da importância da Câmara Municipal dar o seu contributo, avançar com zonas industriais, acarinhar aquilo que é a iniciativa privada, com aquele polo industrial e com outros que serão desenvolvidos. Só assim Vale de Cambra poderá continuar a crescer em termos de indústria, em termos de afirmação do tecido industrial que é forte e que está a

atravessar um momento difícil e continua a fazer o seu percurso. Um bem haja a todos os industriais que continuam a assegurar os postos de trabalho e continuam a ser empresas exportadoras, inovadoras e, a Câmara Municipal fará todos os esforços e tudo o que tiver ao alcance para ajudar as empresas e empresários de Vale de Cambra.-----

Relativamente à questão do Covid positivo, não referirá nomes porque os nomes perfiguram uma violação ao Direito de Privacidade das pessoas. Os assuntos relacionado com Covid terão o desenvolvimento e acompanhamento e cumprimento daquilo que são as diretivas da Direção Geral de Saúde. Com a nova Norma 004, em vigor, será esse o procedimento a adotar.-----

Para responder ao Senhor Deputado Albino Almeida, que referiu três casos positivos de Covid na Assembleia Municipal, não teve conhecimento. A Autoridade de Saúde não refere nomes de infetados, daí desconhecer a existência de casos nos membros da Assembleia Municipal.-----

Quanto à questão do Deputado Carlos Matos, a Casa da Cota tem como finalidade ser o Centro Interpretativo da Serra da Freita, a obra física está praticamente concluída, falta a parte dos conteúdos e, obviamente pôr o espaço a funcionar. Espera tão breve quanto se possa fazer a abertura e ter a casa ao serviço da comunidade e do turismo, sendo certo que, com o período de constrangimentos que o país está a viver e restrições profundas na mobilidade das pessoas e na abertura de muitos espaços onde as pessoas podiam visitar e desfrutar a plenitude da oferta do Concelho, efetivamente não é possível, no imediato, mas espera que a situação, com a colaboração de todos, possa ser o mais breve possível erradicada.-----

Quanto à pavimentação das duas vias referidas, trata-se de uma nova experiência em termos de pavimento. A Câmara Municipal está a seguir a tendência nacional, utilizando uma solução que permite colmatar fissuras e alguma degradação das



[Handwritten signature]

vias, aumentando a sua longevidade a custos mais baixos. Naturalmente respeita a opinião do Senhor Deputado, mas discorda uma vez que lhe parece a solução não é má em termos de aspeto e foi realizada a agregação na estrutura da via. E, obviamente o Município tem que pensar na economia.-----

Para terminar deixou uma palavra ao Professor Frei de Sousa, sempre uma pessoa cordial e amigo de Vale de Cambra enquanto Presidente da CCDRN. Aproveitou para deixar uma palavra de estima e gratidão ao Engenheiro Jorge Nunes, pessoa extraordinária e que muito colaborou com Vale de Cambra, também deixou a CCDRN por opção própria, gratidão pelo seu desempenho e, acima de tudo pela cordialidade e simpatia que apraz registar.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, tomou da palavra para informar que possui os estatutos do Centro Paroquial de Arões, fazendo a entrega dos mesmos. Mais informou que o Senhor Presidente da Câmara disse que este não tinha o direito de questionar mas, no seu entender, um deputado municipal deve questionar a atividade de seja quem for. A Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador (... foi interrompido pelo Senhor Presidente da Assembleia). Continuou, o Senhor sabe porque foi feita a pergunta.-----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos, explicou de novo a situação/questão relativa aos contentores na Felgueira.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, informou não ser possível responder no imediato quando a obra estará pronta nem em que condições. Também em relação à gestão de combustível teria de ser assunto explicado pela Engenheira Florestal. Poderá pedir ao Gabinete que elabore uma resposta.-----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos, acrescentou que se se trata de um empreendimento, terá de haver limpeza.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, informou que colocará a questão à Técnica Florestal e, posteriormente dará resposta.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva informou que o ponto dois será retirado da apreciação por carecer de maior informação. Os pontos 3 e 4 estão em duplicado, serão tratados como um só ponto 3, que enunciará toda a matéria. Mais informou de um pedido de agendamento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal com o seguinte teor: Agendamento extraordinário ao abrigo do disposto no artigo 50.º do Anexo I à Lei 75/2013: **Pedido do Centro Social e Paroquial de S. João Batista de Cepelos de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico relativamente à Ampliação das instalações do Centro de Dia ao abrigo do disposto no artigo 101.º -B do regulamento do PDM. - Processo n.º 80/19 – ONERED em que é requerente o Centro Social e Paroquial de S. João Batista de Cepelos.**-----

A ser agendado será o último dos pontos, o 11º ponto, antes da intervenção do público.-----

A Assembleia Municipal deliberou reconhecer a urgência e agendar o ponto por maioria, com 24 votos a favor, e 1 voto contra, passando a constar da ordem de trabalhos da presente sessão como ponto número 11. -----

-Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----



[Handwritten signature]

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, iniciou a sua intervenção fazendo referência ao facto da informação ter as páginas numeradas o que facilita o trabalho dos Deputados Municipais. Referiu-se à última sessão da Assembleia Municipal, onde o Senhor Presidente terá referido que os terrenos da ciclovía teriam sido todos pagos a 5,50€/m². Na página 36, relativa à ciclovía, informa de um terrenos comprado com 107metros², por 1.038,50€; isto corresponde a 10€/m², ou terá sido lapso. Ou o Senhor Presidente se enganou na sessão de 25 de setembro ou existe um lapso.-----

Estão 50 pessoas inscritas no Centro Municipal de Marcha e Corrida, é pouco. Dirigi-se à Senhora Vereadora a solicitar que algo seja feito no sentido de recuperar os cerca de 270 inscritos que havia há 2 ou 3 anos.-----

Na página 15 faz referência ao evento que o Centro Municipal de Marcha e Corrida organizou e existe uma frase que apela à competição entre atletas, criando uma plataforma de estrada. O espírito do Centro Municipal de Marcha e Corrida é que as pessoas participem em caminhadas e corridas informalmente, sem espírito competitivo. Afirma não concordar com a criação de competição entre atletas, sugerindo a alteração do conceito.-----

Na página 17 refere o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico, solicitou ao Senhor Presidente um ponto de situação.-----

Na página 22 referiu o exemplo de outros Municípios, por exemplo, Oliveira de Azeméis em que as pessoas têm poços e furos e, portanto não têm ligação à rede de distribuição de água mas, a Câmara Municipal cobra a esses munícipes a taxa de saneamento e recolha de lixo. Afirmou considerar justo. No seu entender, em vale de Cambra existem pessoas que têm água própria nas suas casas e a Câmara Municipal não consegue cobrar-lhes a recolha do lixo e o saneamento. Afirmou considerar injusto. Acrescentou ainda que os cidadãos que têm poços

usufruem do saneamento e da recolha do lixo, que é universal no Concelho. A Câmara, o senhor Presidente, o Senhor Vereador deveriam pensar numa forma de apresentar fatura aos munícipes que usufruem da recolha do lixo e saneamento. Caso contrário, estão uns munícipes a pagar pelos outros.-----

Na página 22 o Senhor Presidente faz referência a reuniões com empresas no âmbito do cumprimento de regras de descarga de afluentes industriais na rede de drenagem de águas residuais. Questionou, quais empresas, quantas reuniões, que resultados. A poluição continua a ocorrer, relatada por pescadores que afirmam não ver peixes no Rio Caima.-----

Na página 28, referente à recolha de lixo e reciclagem de vidro, cartão e metais, afirma ser de acordo, questionando se a Câmara tem objetivos para essas recolhas, se quantifica anualmente, se pretende aumentar o volume de recolha anual e, se tem, quais os objetivos para 2020 e 2021, se foram atingidos. Acrescentou ainda que cada vez mais deveria haver mais recolha seletiva, o Município deveria instalar mais ecopontos nas freguesias, uma vez que é inadmissível que os cidadãos coloquem no lixo normal todo o tipo de resíduos.-----

Na página 32, referente aos processos judiciais, quem analisar estes processos desde 2013 ou 2009 até aos dias de hoje, verifica que a Câmara Municipal sai sempre a perder. Muitos milhões de euros a desfavor da Autarquia. Uma vez porque não tem razão, de facto, outras por desleixo, considera, dos serviços ou da parte política que não defende bem, os próprios funcionários nos processos em que estão envolvidos.-----

Na página 36 informa da compra da Imobiliária RioCaima, de um lote na Zona Industrial de Lordelo Codal, mais que uma vez, chamou a atenção, para a colocação da metragem das vendas realizadas. Tem de haver verdade e transparência. Não está a dizer que há alguma coisa, mas é uma falha. A Dr.^a



Isabel Mariano, responsável pela informação, tem de referir os metros quadrados porque a empresa pagou 67.500,00€ mas pretende saber quantos metros quadrados tem o lote. Até porque, se se voltar aos processos judiciais pode verificar-se que esta empresa tem em contencioso muitas centenas de euros com a própria autarquia. Por um lado existe um processo em contencioso, por outro faz uma compra à autarquia. Enquanto Deputado Municipal pretende ver toda a informação vertida para aferir se os metros quadrados foram pagos a 50€/m2 como todos os lotes da referida zona industrial. Solicita esta informação.-----

Toma da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, para voltar a informar que os terrenos da ciclovia foram todos comprados a 5,50€; mais informa que pode haver um ou outro caso em que existam mais valias, árvores, ramadas, poços, tanques, que normalmente são pagos a um valor diferente. Pode ser um desses casos.-----

Em relação ao PEDMT afirmou ser do conhecimento de todos a existência do plano para a sua implementação mas, com a paragem a partir de março de tudo o que eram atividades e com o confinamento, não fazia sentido estar a implementar e a ter custos com a implementação desse plano estratégico pois não iria ter efeitos práticos. Houve aqui um adiamento no sentido de ter uma melhor oportunidade para a implementação.-----

Relativamente a RSU's e taxas irá dar a palavra ao Vereador com competências nessa matéria. Na recolha seletiva houve um grande reforço de ecopontos um pouco por todo o Concelho. Esses equipamentos são colocados pela empresa de recolha, ERSUC, que pretende cada vez mais aumentar a recolha.-----

Passou a referir-se ao Lote nº 22, adquirido pela empresa RioCaima, desconhece a área do lote mas informa que os lotes estão associados a um mapeamento e são vendidos rigorosamente os metros que constam desse mesmo mapeamento,

sendo essa a prática corrente da Câmara Municipal. Acrescentou ainda que a associação desta venda ao processo que a empresa moveu contra a Câmara Municipal são assuntos diferentes e não podem ser analisados em simultâneo. Solicitou que, numa próxima informação a questão da metragem dos terrenos conste da informação. A informação que possui é que se trata de um lote de 1350m2 que constitui o 50€7m2 indicado.-----

Em relação à parcela de terreno nº41, informa ao Senhor Deputado Albano Braga, o terreno teve um custo de 588,05€ e de bem feitorias foram pagos 450,00€.-----

O Senhor Vereador, José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, tomou da palavra para esclarecer as questões colocadas pelo Deputado Albano Braga. Em relação à fatura da água, esta tem 3 componentes: o abastecimento de água, a drenagem de águas residuais e a recolha de resíduos. Quem é servido pelo serviço de abastecimento de água, paga as tarifas correspondentes a esse abastecimento, quem é servido pelo serviço de drenagem de águas residuais paga por esse serviço, e, pela recolha paga quem tem abastecimento de água e drenagem de águas residuais. Considera que o que senhor Deputado afirma é correto e que deveria haver a política do poluidor pagador e todos os municípios pagar a tarifa da recolha de resíduos, no entanto a sua implementação não é simples e, referiu, sentir-se confortável pelo facto de corresponder territorialmente à zona mais periférica e, tratar-se portanto de uma discriminação positiva desses municípios.-----

Em relação às descargas de águas residuais considera que foi feita uma interpretação errada pois não se trata de descargas para o meio hídrico, embora tal também seja importante que não ocorra, para evitar a poluição da água. Tratava-se sim do cumprimento de algumas normas e de alguns parâmetros que as empresas (...) águas residuais para a rede de drenagem têm que cumprir. Não



podem mandar qualquer efluente, algum tem de ser tratado para que depois possa voltar a ser tratado na ETAR sem causar problemas à mesma. A Câmara Municipal tem feito essa sensibilização, tem enviado as normas e reenviado alguns casos para cumprimento, para não prejudicar terceiros e para não prejudicar as águas.-----

Quanto à recolha seletiva, afirmou concordar com o Deputado no aspeto de aumentar a recolha, embora esta recolha não dependa somente da Câmara Municipal. Tem sido feita pressão junto da ERSUC para o aumento do número de ecopontos. Tem havido aumento, informou. Há 2 anos haviam 75 ecopontos e, agora 125, um aumento de 40%. Acrescentou ainda ter lançado o desafio ao Senhor Presidente de ser a autarquia a adquirir alguns contentores e aumentar a recolha seletiva, bem como efetuar algumas campanhas de sensibilização para aumentar a compostagem doméstica e melhorar a gestão de resíduos verdes, pois tem-se apercebido que tem havido muita deposição indevida de resíduos verdes junto dos contentores ou mesmo dentro deles. O Governo vai duplicar a taxa de gestão de resíduos, com o objetivo de que sejam utilizados outros métodos que não a deposição em aterro. Esta situação não é justa para a Câmara pois não depende unicamente desta entidade, acrescentou a necessidade de se colocar cada vez menos resíduos em aterro.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município e da situação financeira deste.-----

1. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 6 DE OUTUBRO: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, apresentou o ponto Proposta da Câmara Municipal de Re-

gulamento do Conselho Municipal de Segurança de Vale de Cambra, tendo em vista a sua adequação ao novo quadro legal. Acrescentou que, na sua opinião, e atento ao disposto nos artigos 19º, 20º e 21º cabe à Câmara Municipal indicar os representantes do sector de apoio social, cultural e desportivo e dos sectores económicos com maior representatividade, cujos representantes irão integrar o Conselho Municipal de Segurança na modalidade alargada. Para apresentar a proposta passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, informa que as principais alterações se prendem com o que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acabou de referir; com a alteração de composição da Comissão alargada mas também com a criação de uma comissão reduzida ou restrita que terá por missão agilizar os procedimentos ao nível daquilo que é a segurança do Município, uma vez que nem sempre é possível reunir a comissão na sua versão alargada. Obviamente que a Câmara Municipal e a própria comissão não se inibirão de indicar os 2 ou 3 representantes que faltam, fará todo o sentido que seja a Câmara Municipal a fazê-lo. Mais informou que não haverá muito a acrescentar; trata-se de um órgão que já existia e que agora, por força da alteração legislativa, terá este ajustamento, com base na proposta de composição e criação do conselho mais reduzido.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, concordando que o Conselho Municipal de Segurança se trata de um órgão importante para o Município, para a vida e segurança dos munícipes. Entende que as comissões restrita e alargada deverão ser o mais aberto possível a todos os munícipes e a todas as instituições, designadamente a todas as forças políticas. O Regulamento do CMS é constituído por membros a convidar e será o executivo da Câmara Municipal a convidar, neste aspeto será necessário ver quais os critérios de escolha pois corre-se o perigo dos membros do CMS ser



quase os mesmos membros de alguns órgãos políticos. Acrescentou ainda que no documento refere: o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta, o Ministério Público, o coordenador municipal do serviço de Proteção Civil, pretende saber de quem se trata, o Comandante do Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, o representante das entidades do sector de apoio social, a convidar, representante das instituições culturais e desportivas, a convidar, o Diretor do Agrupamento de Escolas do Búzio, representante do sector económico, a convidar, o representante da Rede Nacional de Apoio à Vítima, quer saber de quem se trata, representante do Município de Segurança Rodoviária, Comandante das Forças de Segurança da GNR de Vale de Cambra e do Comando territorial com sede em Oliveira de Azeméis.-----

Deixou um desafio, que o Senhor Presidente da Câmara devia convidar alguns deputados da oposição para fazer parte deste órgão, ou serão as mesmas pessoas nos órgãos políticos e no Conselho de Segurança, o que pode parecer inócuo, sem importância, mas é muito importante. No documento refere que o público pode assistir às reuniões mas incorre-se no perigo do controle da situação de segurança no Concelho. Terá de haver transparência nestes órgãos. Acrescentou ainda que se incorre no risco de serem as mesmas pessoas que estão nos órgãos políticos a fazer parte deste CMS porque há um conjunto de pessoas que fazem parte da autarquia, que estão ligadas à autarquia e são todas do mesmo órgão político, da mesma cor política e depois, a convidar, pode haver a tentação de convidar, por exemplo para o sector económico uma empresa com 200 ou 500 trabalhadores, ou um empresário amigo; nas associações qual o critério, convidar uma pessoa de uma instituição onde se joga à sueca; contam-se as associações que têm prática desportiva federada, pode haver a tentação de convidar uma pessoa ligada ao poder político e à instituição. Em relação ao representante de uma IPSS, acontece o mesmo. Aqui, o Presidente da Assembleia Municipal conduz o

processo com parcimónia e transparência, abrindo o leque de pessoas a convidar porque é importante para a vida democrática do Concelho.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, relativamente a este ponto questionou se estão a integrar ao abrigo das alíneas b e q e quem faz a nomeação, uma vez que não existe em Vale de Cambra uma organização que possa indicar uma pessoa; é necessário clarificar dado o denso número de associações culturais, recreativas e desportivas existentes no concelho, na proposta de Regulamento. Acrescentou ainda como se irá identificar a escolha dos elementos, se por rotatividade, se todos, isso já deveria estar previsto na proposta de regulamento.-----

Tomou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, clarificando que no início da apresentação do ponto emitiu a sua opinião, que da leitura do documento, com atenção aos artigos 19º, 20º e 21º depreende-se que a nomeação cabe à Câmara Municipal; se a Câmara Municipal pretender ouvir a opinião da Assembleia Municipal, designadamente da mesa e dos representantes das bancadas, estes estarão disponíveis. Caberá à Assembleia Municipal deliberar o que considerar pertinente nessa matéria.-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, informou que não há muito a dizer. Este órgão, ao contrário do que tem sido referido, não entende como um órgão político, trata-se de um órgão que deve zelar e acompanhar aquilo que são as questões de segurança do Município, sendo certo que, no seu órgão tem um representante do Ministério Público, as forças de segurança, os bombeiros voluntários, as juntas de freguesia (legítimos representantes de cada uma das freguesias), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Diretor do Agrupamento e, por força da lei, a composição não foi inventada pela Câmara, esta composição é a que decorre da lei. Acrescentou ainda que é desejável que estejam no CMS pessoas que apareçam,



porque muitas vezes as pessoas querem fazer parte mas depois faltam. O importante não é quem esteja é quem queira estar. Deverá ao nível das instituições, das associações e do sector económico estarem representantes que efetivamente possam dar os seus contributos para as questões da segurança. Não se trata de um órgão politizado, tem de olhar para as situações de maior vulnerabilidade ao nível da segurança que o Município possa apresentar. E, aqui surge uma entidade estruturante que é a GNR e o destacamento, que são as partes mais interventivas nesta matéria. Resumindo não vê preocupação de politização do órgão, considera que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os membros da Assembleia Municipal possam determinar acerca da matéria.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara e afirmou não ter dito que era um órgão político, alertou somente para o facto de se nomearem pessoas oriundas de uma determinada força política, sugerindo o alargamento a outras pessoas. Não é por ter o Delegado do Ministério Público e os senhores Comandantes da GNR que vai dar credibilidade à Comissão. Defende a presença das forças de segurança mas também não poderá haver abuso de poder. Não afirmou tratar-se de um órgão político, é pertinente a questão colocada.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva** colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos 25 membros presentes, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Vale de Cambra, na generalidade, remetendo-o à Câmara Municipal para emissão de parecer quanto à competência para a nomeação dos membros do Conselho a que se referem, as alíneas p), q), s) e t) do artigo 4.º do Regulamento.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, fez uma Declaração de Voto: nos documentos anexos, está uma minuta da ata da

Reunião de Câmara de 06 de outubro, onde refere que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos seus 7 membros, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de alteração do Regulamento CMS, aprovado em reunião do Conselho a 17.09.2020. Mais deliberou solicitar à Assembleia Municipal que, para efeitos das disposições dos artigos 4º, 20º e 22º da proposta de alteração, se digne definir as entidades com atividade no setor do apoio social, cultural e desportivo e setores económicos com maior representatividade cujos representantes irão integrar o CMS, modalidade alargada. A questão que pretende colocar é se não deveria ser feito já na sessão da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Pava, afirmou que essa competência pertence à Câmara Municipal. Acrescentou ainda que este novo quadro legal veio tentar agilizar o órgão e aproximá-lo da Câmara Municipal. Mais informou que irá solicitar um parecer jurídico sobre a matéria. Se for entendido que deverá ser a Assembleia Municipal, será; se for, como entendeu competência da Câmara Municipal, será a Câmara Municipal a tomar a decisão. Qualquer que seja a decisão a tomar, depois do parecer jurídico, voltará à Assembleia Municipal.-----

2. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALE DE CAMBRA – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de outubro: Este ponto foi retirado da ordem do dia, para melhor estudo. -----

3. 4. Os pontos 3 e 4, segundo informação recebida será um único ponto. APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO 2021 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021-2025, CONCEDER AUTORIZAÇÃO GENÉRICA FAVORÁVEL Á ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS PREVISTOS NO ANEXO II das Normas de Execução do OM para 2021 e Aprovação de documentos complementares – Orçamento de 2020/2021 e Grandes Opções do Plano 2020/2021 – 2020/2025.-----



[Handwritten signature]

Tomou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, para introduzir o ponto. Trata-se de documentos importantes, estruturantes e que procuram dar continuidade a um hábito de rigor naquilo que é a utilização dos dinheiros públicos, naquilo que é o honrar dos compromissos assumidos com os valecambrenses, mas também assumidos pela Câmara Municipal. Hoje, a Câmara Municipal não “nada” em dinheiro mas tem um princípio de rigor e boa gestão, boa aplicação dos dinheiros públicos, de pagar a tempo e horas, de reduzir a dívida municipal, de procurar ser abrangente nos seus investimentos e na diversidade das freguesias, aplicação transversal a todo o Município e a todas as freguesias, procurando abranger várias áreas que são absolutamente importantes para a vida dos valecambrenses. Será assim também que será encarado o próximo ano no final de um ciclo comunitário, com o início da construção de um próximo quadro comunitário mas, no próximo ano será ainda este o que vigorará, com o objetivo da sua plena execução e concretização nas variadas obras que ainda faltam desenvolver e concretizar para o bem-estar de todos os concidadãos. Acrescentou ainda que é com espírito de serenidade e de confiança nos valecambrenses e naquilo que são os objetivos que estão encerrados no orçamento que será apresentado pelo Senhor Vice-Presidente.-----

O **Senhor Vereador do Pelouro das Finanças da Câmara Municipal, António Alberto Almeida Matos Gomes**, após cumprimentar os presentes passou a apresentação do Plano Orçamental Plurianual e as grandes opções do plano 2021-2024.-----

Referiu que os alicerces para a elaboração dos Mapas Municipais Previsionais foram:-----

- Orçamento de Estado, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e o SNC-AP;-
- Os limites da dívida;-----
- Obras e ações com Financiamento;-----

- E a Execução orçamental superior a 85%;--

Fez uma breve apresentação dos históricos dos orçamentos desde os anos de 2012 a 2020, referindo os valores totais destes bem como a sua percentagem na execução da receita. Apresentou o valor do orçamento para 2021 que são dezoito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil Euros (18,955,000,00€), sendo que em Receitas Correntes prevê-se 14.221.934,71€ e Receitas de Capital 4.733.065,29€, no lado da despesas prevê-se em Despesas Correntes 12.065.583,00€ e em Despesas de Capital o valor de 6.889.417,00€.-----

Descreveu de forma resumida as rubricas das Despesas e das Receitas e seus respetivos valores, apresentado as Grandes Opções do Plano e previsão dos seus custos, nomeadamente, as Funções Gerais no valor de 1.603.350,00€, as Funções Sociais no valor de 6.273.832,00€ e as Funções Económicas no valor de 1.115.240,00€.-----

Referiu que se pretende investir no Município em áreas decisivas para o seu desenvolvimento e a obtenção do máximo de fundos oriundos de candidaturas, gerindo o Município com rigor e transparência.-----

Concluiu que o orçamento e as grandes opções do plano são documentos estratégicos e baseiam-se na exatidão, transparência e eficiência no uso dos dinheiros públicos. Reforçando que o orçamento Municipal para 2021 é realista e constitui um reforço para a saúde financeira, está orientado para o desenvolvimento do Município e é representativo dos Nossos compromissos.-----

Agradeceu a atenção que lhe foi dispensada e disponibilizou-se para quaisquer esclarecimento que os Senhores Membros Assembleia pretendam, referindo ainda que está presente o Dr Rui Valente Chefe da DAF o ajudar nesses esclarecimentos e a quem desde já agradece a sua presença.-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Pava, solicitou ao Senhor Vice-Presidente que esclareça se os pontos 3 e 4 se sobrepõem; se ao votar num o outro fica também votado.-----

Tomou a palavra o **Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Rui Valente**, esclarecendo que foram à Reunião de Câmara Municipal, em dois momentos, os documentos relativos ao orçamento e às grandes opções do plano, mas com o novo referencial contabilístico foi necessário efetuar outros documentos diferentes dos que tinham habitualmente sido apresentados até à data. Essa indicação foi dada pela DGAL após a realização da Reunião de Câmara onde foram todos os documentos que constam do ponto 3 . Os documentos que constam do ponto 4 serão votados no ponto 3 não sendo necessário autonomizar o ponto. Mais informou que os documentos passam para o ponto mas têm de ser votados como se só de um ponto se tratasse.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, afirmou que sobre a proposta, a respeita, uma vez que é entregue pelo executivo; vota contra porque à semelhança dos anos anteriores não concorda com a autorização genérica para a despesa da autorização prévia da Assembleia Municipal. Acrescentou ainda que no passado, aquando da discussão do Centro de Artes, numa Assembleia Municipal, a discussão e apreciação do projeto foi retirado da Ordem de Trabalhos sem nenhuma explicação e os deputados não tiveram hipótese de dar contributos porque tinha despesa genérica. O Centro de Artes se ficar bem ou mal feito será responsabilidade do executivo. Aquando da aquisição do edifício defendeu e continua a defender mas, na sua opinião, desautorizaram os senhores deputados municipais a dar um contributo. No caso do Plano de Atividades, fez Declaração de Voto: "Voto contra porque todas as situações deverão passar na Assembleia Municipal."-----

O Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, começou por afirmar que se encontra perante um grande paradoxo. A aprovação do orçamento é provavelmente a matéria mais importante que é discutida na Assembleia Municipal durante o ano. É a tomada de decisão de como a Câmara Municipal vai aplicar cerca de 19 milhões de euros, durante cerca de um ano. Mas também, dado o contexto atual, perante a incerteza que existe, desconhece como é que o documento pode ser construído; criar hoje um orçamento, em qualquer entidade que seja, mas mais na administração pública, é um exercício de uma dificuldade enorme porque não se sabe o que vai acontecer; não se sabe quanto tempo vai durar a crise pandémica ou se vai acabar e, perante isto, há um conjunto de dificuldades em prever aquilo que são receitas e despesas; e aquilo que poderá vir a ser alterado.-----

O orçamento foi construído, naturalmente, com todo o rigor e com todo o cuidado mas, acrescentou, admite que durante o ano serão chamados várias vezes a orçamentos retificativos, porque, reconhece que a incerteza é enorme, sendo já possível ver no ponto 6, contas semestrais onde, quem analisou com cuidado e alguma profundidade e rigor, vê os desvios que existem relativamente aquilo que foi orçamentado e que foi fruto, na maioria das rubricas, da situação que aconteceu. Trata-se de uma situação que vai ter grande impacto nas receitas porque ao nível dos impostos vai ser difícil prever se as empresas terão mais resultados ou menos; se as pessoas vão ter mais ou menos rendimentos, o que influencia a participação do Município no IRS; se as pessoas vão poder pagar os bens e serviços públicos que adquirem normalmente; mais, na despesa irá haver muita dificuldade em prever o que é que vai ser necessário para fazer face à crise, até quando e como.-----

Mais acrescentou que também na receita e na despesa, porque é natural que venham a haver fundos comunitários, fala-se do fundo de recuperação mas ainda



não se sabe se e quando é que os fundos virão para ser aplicados; daí que julgue que no valor total não haverá uma alteração muito significativa mas ao nível das rubricas e da estrutura haverá, na sua opinião.-----

Deixa um apelo à Câmara Municipal para que esteja atenta a esta evolução e que vá fazendo ajustamentos ao longo do ano, através de orçamentos rectificativos para que as verbas que vão ser libertadas pela impossibilidade em executar, possam ser aproveitadas para ser reafetadas. Recomendou ainda uma grande atenção ao conjunto de fundos que vão ser dispensados se a crise se mantiver e estar preparado com projetos para ter condições de os receber e aplicar. Espera que de facto isto dure pouco tempo, o mínimo possível para não se chegar a uma situação de grande debilidade económica, que possa obrigar, ao nível da atividade privada, e que não leve a que a saída esteja no próprio investimento público. Recordou ainda a crise mundial dos anos 30 que levou alguns conselheiros do Presidente Rosevelt, nos EUA, decidir por uma política orçamental agressiva.-----

Recomendou ainda uma atenção acrescida à evolução das várias rubricas para se encontrarem saídas de reafetação de verbas o mais rápido possível.-----

Informou ainda que o atual executivo tem uma política fiscal que favorece os cidadãos, a redução da carga fiscal, que se reflete novamente no orçamento, daí o orçamento não ter um valor mais elevado, daí se ter decidido/deliberado os impostos da maneira que se decidiu, viriam a haver mais receitas e mais aplicações.-----

Ao nível do IMI, foram tornadas públicas as contas dos 308 Municípios, com alguns dados curiosos, que servem para prever o futuro relativamente à situação do executivo de Vale de Cambra. Passou a exemplos: ao Nível do IMI, contas de 2019 e 2018, ao nível de redução da taxa, foi o 20º concelho do país que maior redução produziu, ou seja, baixou a taxa em 4,5%, passou de 0,32% para 0,315%; isto provocou uma redução também na receita que foi de 4%. Foi também o 25º concelho do país em termos de redução de receita fiscal no conjunto

daqueles que reduziram a taxa. Também entre estes 2 anos, dos 308 concelhos do país, 256 não mexeram na taxa de IMI, os seus cidadãos continuaram a pagar o IMI à mesma taxa, e 52 fizeram-no, entre eles Vale de Cambra, onde 47 dos quais houve redução da receita e 5 onde a receita até subiu.-----

Outra nota sobre estes dados tem a ver com as despesas com pessoal por colaborador, a Câmara Municipal é a 31ª Câmara do país que paga melhores salários, ou seja, é das 10% das Câmaras de topo que têm uma despesa com pessoal por trabalhador mais elevada. Terá a ver com os cargos que as pessoas ocupam, com a sua antiguidade e a progressão na carreira. A que paga melhor é Lisboa e a que paga pior é Vila do Conde. O prazo médio de pagamento a fornecedores da Câmara Municipal é dos melhores, com 6 dias de pagamento.-----

Acrescentou ainda que, ao pegar no orçamento há sempre opiniões diversas, como se encontra fora do executivo não vê de facto quais os recursos disponíveis e quais as necessidades múltiplas que existem. Quem está no terreno é que sabe. De qualquer modo, quer deixar uma consideração pessoal, que neste orçamento estivesse prevista uma rubrica para um fundo de emergência; ainda não é tarde, se o executivo assim o decidir e, num orçamento retificativo, se esta situação de crise perdurar, considera que tal deva ser feito, com reafetação de verbas que possam sobrar de outras rubricas, porque para combater esta crise talvez seja a forma mais ágil de dar capacidade de resposta mais rápida.-----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida** que afirmou que a sua posição sobre o orçamento anual, à semelhança de anos anteriores, é um orçamento clássico, não vai contra qualquer transparência ou serenidade mas a questão está no tipo de visão sobre a aplicação dos dinheiros públicos. Considera um orçamento clássico porque havendo muito pouco ou nada, quase sempre lhe parece um orçamento de sobrevivência. Pretende dizer que parece haver uma



X - R

grande falta de imaginação que venha de encontro ao desenvolvimento de Vale de Cambra e continua-se a fazer comparações e muitas dificuldades se têm vindo a sentir em Vale de Cambra, uma das quais é não se conseguir prender os jovens, com várias dificuldades, nomeadamente, transportes públicos, aproximação de uma entidade de saúde; tudo o que dá algum conforto e segurança. Não há algo que cativa as pessoas do exterior a residir em Vale de Cambra, nem os de cá, cá ficam. Dependendo da visão de cada um e do que realmente se quer, há sempre modo e não se vê um plano que fale de futuro, porque o que vai garantindo alguma sustentabilidade e alguma mudança e alguma obra em Vale de Cambra são os fundos comunitários. Estes fundos dão algum azo à Câmara Municipal, é isso que vai valendo. Acrescentou ainda que não é preciso que se faça tudo de uma vez mas, não adianta construir, por exemplo, um centro cultural sem prever uma necessidade próxima, é preciso trabalhar e cativar. A grande dificuldade continua a ser a aquisição de uma habitação em Vale de Cambra, sobretudo para os jovens que conseguem mais barato nos concelhos vizinhos. Grande parte da classe média em Vale de Cambra trabalha fora. Falta alguma coisa.-----

Vale de Cambra começou com a questão vinícola, passou à questão laticínea e foi essa força da terra que conseguiu algo, foi com os laticínios que surgiu a metalomecânica. Não conseguimos aproveitar, nas décadas de 80 e 90, as empresas que tentaram ficar no Concelho, foi uma grande perda para a riqueza local.-----

Acrescentou ainda que, no concelho vizinho, junto à A32, está prevista uma zona industrial, tiveram sorte da via passar por lá mas também lutaram por isso, e com isto, vamos perder alguma mão-de-obra. Neste âmbito, a falta de estratégia de desenvolvimento industrial e social e cultural não o deixa satisfeito, não retirando o mérito, obviamente ao orçamento clássico que tem de sobreviver.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, referindo que em relação a este ponto, orçamento e grandes opções do plano, e

analisando bem o documento, a sua bancada é da opinião que o documento não perspetiva grande visão. Qualquer empresa que quer avançar tem que ter visão, tem que ter caminho, ter objetivos e, neste documento não parece que aconteça. Questionou: onde vai ser investido o dinheiro, se ele existir; quais são as grandes obras novas, estruturais ou estruturantes que são apresentadas neste orçamento, por exemplo, para as diversas freguesias do Município? Qual foi a arrecadação de fundos comunitários para as novas obras? Não se refere às obras que estão em execução, mas às de futuro. Concluiu que os interesses de Vale de Cambra não estão a ser acautelados para o futuro.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Pava informou que a Mesa não registou mais pedidos de palavra e, assim dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que responda às questões colocadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, iniciou por agradecer a capacidade de síntese e de clareza da intervenção do Dr. José Soares naquilo que é o explanar, por um lado dos indicadores e, por outro lado, a sua análise avalizada do orçamento e, por outro lado, dizer também e, concordando em absoluto com o que o Dr. José Soares disse, da prudência que é necessário ter e que tiveram na elaboração deste orçamento.-----

Ao olhar ao início de 2020 estava-se num período de euforia económica, estava-se num período de crescimento, o país estava com uma recuperação extraordinária e com uma entrada também muito apreciável de fundos, nomeadamente originados por aquilo que são os fluxos turísticos e que traziam a criação de novos negócios, negócios emergentes um pouco por todo o território nacional; Obviamente com uma tendência para os grandes centros e também para aquilo que são só destinos mais procurados, mas sentia-se um investimento um pouco por todo o país e Vale de Cambra também não fugia à regra. Porque se sentia isso, envere-



dou-se pela elaboração do Plano Estratégico para o Turismo mas também se sentia o mesmo ao nível empresarial e industrial, em que as empresas investiam e queriam rapidamente produzir e rapidamente exportar e rapidamente criar riqueza para Vale de Cambra e para o país. Volvidos 30 ou 60 dias tudo isso se desmoronou fruto da pandemia. Tudo o que sejam hoje projeções a médio e longo prazo podem cair com grande facilidade fruto daquilo que são as dificuldades e contingências que vão surgindo e, muitas vezes, quando se constroem estes documentos devem ter-se “os pés bem assentes no chão”, deve-se objetivamente pensar no desenvolvimento e futuro de Vale de Cambra mas fazê-lo sempre em pressupostos de exequibilidade e que garantam que a sustentabilidade económica do Município não seja posta em causa. O Senhor Vice-Presidente focou o rigor, tónica que sempre é usada na execução do orçamento e na gestão dos gastos dos dinheiros públicos.-----

Agradecer ao Senhor Dr. José Soares a sua intervenção porque foi de uma forma muito sucinta extraordinariamente esclarecedora.-----

Respondendo ao Senhor Deputado Albino Almeida, afirmou que naturalmente se o orçamento fosse feito por este poderia ter outras diretrizes, outras orientações. Poderia entender que o orçamento devia ser mais ambicioso, diferente, que abordasse outras vertentes e outras áreas mas, já dizia em 1989 e 1990, quando efetivamente neste país e fruto do primeiro quadro comunitário de apoio que veio para Portugal, em que havia efetivamente muito dinheiro, entravam muitos milhões por dia no nosso país, houve um setor aqui em Vale de Cambra que sempre foi descurado e, aí, estamos completamente de acordo mas temos de recuar aos anos 80/90, em que de facto existiam mais jovens, em que a indústria estava numa fase de crescimento/desenvolvimento, em que havia muitos casais que estavam a constituir família e que nessa altura muitas dezenas ou centenas de casais saíram de Vale de Cambra para os Concelhos limítrofes, exatamente pelo fator habita-

ção. A construção em Vale de Cambra não era objetivamente de grande qualidade, o preço não era propriamente apelativo e, no fundo, era desincentivador que as pessoas se fixassem no Município. Nessa altura havia muita gente a querer casa e optaram por sair do Concelho.-----

Acrescentou ainda que, quando este executivo chegou à Câmara, um dos objetivos era baixar as taxas de licenciamento de obras particulares, também a taxa de licenciamento que se aplicava à indústria, no sentido de incentivar a construção, por um lado de habitação familiar mas também de incentivar a fixação das indústrias. O que é certo é que passado algum tempo começou-se a sentir, obviamente conjugado com fatores favoráveis da economia, uma maior apetência pela construção em Vale de Cambra. Esse foi efetivamente o objetivo, que ainda hoje continua a ser, será importante que se construa mais em Vale de Cambra para, por um lado, tentar ainda trazer algumas pessoas que tenham saído de Vale de Cambra, possam regressar ao concelho, até porque algumas trabalham cá, até porque a questão dos transportes, da mobilidade começa a ser maçadora e porque é com certeza mais agradável trabalhar perto do local de residência.-----

Muito recentemente, estando já a trabalhar nessa matéria para a definição de uma estratégia local para a habitação, que terá como missão definir exatamente essa estratégia para se poder, por um lado, incentivar os mais jovens a construir, incentivar os investidores a não desanimar e a continuar a investir em Vale de Cambra e que possam investir em vários segmentos de mercado; podem investir no segmento médio/alto mas também no segmento que permite que quem tem menos folga económica possa proceder à aquisição da sua habitação. A Câmara Municipal também tem que ser um incentivador e um facilitador da construção.-----

Informou também porque é importante, os fundos comunitários foram construídos numa lógica europeia, numa lógica nacional, que se transpôs para as várias regiões e foram construídos numa base de mapeamentos e numa base de gavetas



[Handwritten signature]

que eram com determinada tipologia e só dava para aquele fim, por exemplo a mobilidade, as ciclovias, a mobilidade urbana sustentável; a questão da construção das ciclovias e a disponibilização de uma verba para os vários municípios da Área Metropolitana do Porto pressupunha a construção exatamente desse tipo de vias, destinadas à descarbonização, , com o objetivo específico de ter mais pessoas a andar de bicicleta.-----

Acrescentou ainda que quando se criou, com o PSD, o Centro de Marcha e Corrida as pessoas achavam que era uma idiotice e o CMC veio a provar que passados alguns anos, claro que agora decaiu fruto da contingência associada à Covid, mas tem sido um sucesso em termos de participação, em termos de envolvimento e também de saúde pública, exercício físico, e socialização. Tudo tem de ser integrado, pensado e tudo visto numa lógica de oportunidade, aproveitamento daquilo que são os fundos disponíveis e para aquilo que estão disponíveis, porque não basta afirmar que se quer construir algo financiado porque a tipologia do financiamento não cobre essa área em que queremos investir. É necessário estar a par daquilo que são as orientações e diretivas da utilização dos fundos comunitários. Os orçamentos permitem desenvolvimento, crescimento e não se consegue o melhor de dois mundos, não se consegue ter os impostos mais baixos, as taxas mais baixas e querer gastar muito dinheiro quando efetivamente não se tem. Saber equilibrar as coisas de forma a que no fim de um mandato as contas estejam certas e o futuro não esteja hipotecado.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, referindo que o que questionou em relação ao plano apresentado, numa visão de futuro, quais os investimentos que possam ser feitos, que estão integrados, estruturantes no que diz respeito por exemplo às freguesias. Que refira algumas obras que sejam estruturantes. As ciclovias são importantes mas, o Parque da Cidade

foi uma obra estruturante. Pediu que indicasse obras para futuro, obras estruturantes, novas obras.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, afirmou que em relação à intervenção do Deputado José Soares, percebe a proposta que fez a pensar na criação de um fundo de emergência. Percebe a intenção mas é necessário falar de Vale de Cambra porque se encontram em Vale de Cambra. É necessário ver as consequências da crise pandémica e olhando a Vale de Cambra, é que apesar de se ter atingido um pico de desemprego desde fevereiro de 2020 até esta data, 96 munícipes desempregados, de lamentar, já se está em recuperação; neste momento, a dados de outubro, estão 62 pessoas desempregadas. Estes 62 desempregados não estão a viver debaixo da ponte, a esmagadora maioria está a receber os apoios sociais que têm direito; algumas destas pessoas não ficaram desempregadas em consequência da crise mas sim para, inclusive, sair do país. Acrescentou ainda que lhe é dado a perceber que numa grande percentagem de empresas as pessoas estão a trabalhar, estão a fazer horas extraordinárias; aos sábados, nas zonas industriais isso é visível, há muitas unidades a trabalhar. 62 desempregados não é crítico.-----

Em relação à habitação considera que já não há tempo para recuperar.-----

No concelho nascem 100 a 120 crianças por ano, isto é zero. Tem de haver políticas de incentivo aos jovens porque só daqui a 18 ou 23 anos é que vão entrar no mundo do trabalho, entretanto os custos do trabalho estão a aumentar, a habitação continua cara e de fraca qualidade e as pessoas vão saindo e, quando saem, dificilmente retornam.-----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara afirmou que a situação em Vale de Cambra, na sua opinião, por exemplo a restauração, que se queixa imenso, nenhum fechou. Vê indisciplina e abusos principalmente nos cafés; não se vê fiscalização; no Mercado Municipal, em seis bancas, três vendedores estavam sem



máscara; na Feira quinzenal, todos os vendedores e clientes usam máscara mas, embora estivessem presentes elementos da GNR e fiscais da Câmara Municipal, havia uma banca com cerca de 12 ou 15 pessoas e ninguém foi lá dizer que não podiam estar. Isto é inadmissível. Para concluir afirmou que a crise em Vale de Cambra vai afetar algo mas nada fechou, pelo contrário abriu uma grande loja de chineses.-----

O Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, explicou que o fundo de emergência não será para fazer face a situações sociais mais delicadas, mas um fundo que poderia responder a várias situações, por exemplo, comprar vacinas quando estas surgirem ou comprar testes, ou apoiar as instituições particulares de solidariedade social que, neste momento, estão a ter custos acrescidos com equipamentos de proteção. Portante, seria um fundo, uma rubrica que teria uma vasta possibilidade de aplicações porque de facto não sabemos o que é que vai ser necessário. Mas isto, obviamente se a crise perdurar. Era de facto para uma situação múltipla de situações porque nota que em algumas áreas há dificuldades, pessoas que se queixam que deviam fazer testes e não fazem. Outro exemplo, em Coimbra, os laboratórios da Astrazeneca já identificou um local para administrar vacinas; a logística de vacinação vai ser muito complexa e provavelmente a Câmara ou outras entidades vão ter também, para facilitar a vacinação, precisar que haja alguma intervenção.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, pegando na questão abordada pelo Dr. José Soares, a Câmara Municipal desde o início da pandemia fez investimentos consideráveis e podemos considerar isso um fundo de emergência, um fundo solidário para apoio às instituições mais carenciadas; por exemplo, em reuniões de Proteção Civil, viu outros Presidentes de Câmara desesperados porque não tinham testes de despistagem da Covid e, em Vale de Cambra, felizmente já tínhamos várias instituições testa-

das e várias instituições com planos de contingência implementados. Tivemos também que recorrer para os equipamentos de proteção, a contactos a imensas empresas porque não havia em lado nenhum; o próprio SNS, as forças de segurança, os bombeiros, as IPSS's não tinham onde adquirir os equipamentos e a Câmara Municipal procurou estar na linha da frente, no sentido de, objetivamente salvar vidas porque no início da pandemia tratava-se de salvar vidas e, também agora se continua com essa missão. Acrescentou ainda que basta falar com diretores de hospitais para perceber o drama que se está a viver em meio hospitalar, por um lado a saturação dos profissionais de saúde, que merecem neste momento todos os elogios possíveis porque têm sido verdadeiros heróis naquilo que é o combate difícil a esta pandemia, a que se associa novamente também as restantes doenças que vão surgindo; embora estejam a existir enormes constrangimentos às consultas de rotina e até às cirurgias que estavam programadas que estão a ser adiadas, fruto da incapacidade dos serviços hospitalares para dar resposta.- Mais afirmou que a Câmara Municipal esteve sempre na linha da frente e continua com a preocupação de ser uma retaguarda e um suporte sólido para responder às necessidades. Têm esse plano de contingência implementado, com espaços de retaguarda na eventualidade de surgir uma situação mais complicada e que implique uma intervenção mais musculada, a Câmara Municipal tem as condições criadas para o efeito. De qualquer forma faz todo o sentido estarmos prevenidos porque estas questões podem evoluir rapidamente e podem evoluir negativamente ou positivamente. Mas, pelo menos, estarão preparados e suficientemente acatados para a eventualidade que as coisas possam surgir.-----

Para responder ao Deputado Carlos Matos, este orçamento, de 2021, não poderia ser um orçamento com muitas obras novas. Estão uma série de obras em andamento, que são obras financiadas que desejavelmente deveriam ser encerradas este ano, sabemos também que algumas empresas têm tido alguns problemas,



nomeadamente com equipas que não estão disponíveis e há uma série de obras que ainda estão em curso e que têm que ter o respetivo compromisso financeiro para o ano seguinte, por exemplo o cinema tem 2 milhões para executar, portanto é o dinheiro que temos preso/barrado; se falarmos do encargo com pessoal, temos 5 milhões e irá haver investimento, existe a expectativa de poder desenvolver áreas industriais que estão dependentes da evolução do PDM, haverá a requalificação de vias sendo necessário dinheiro para os pavimentos, teremos de investir de forma crescente na ampliação da rede de água e saneamento que é também uma necessidade premente de Vale de Cambra, havendo ainda uma parte do território com menor concentração habitacional mas com maior área para abastecer. A Câmara Municipal em conjunto com outros Municípios fez chegar à AMP e à CCDRN um pedido expresso para fazer chegar ao Governo essa preocupação, para que no próximo quadro comunitário seja prevista uma verba considerável para este tipo de infraestruturas, que não aconteceu neste último quadro, em que os recursos eram bastante reduzidos.-----

Acrescentou ainda que há dificuldade em elogiar os investimentos, um espírito um pouco associado à maledicência e não valorização daquilo que é feito. O investimento de 3 milhões fará chegar água e fará com que o saneamento possa servir umas largas centenas de cidadãos do Concelho. É com esse espírito de serviço desinteressado a favor das pessoas que continuará a fazer acontecer investimento no Concelho, um pouco por todo o lado.-----

Mais informou do anúncio da Grande Rota de BTT das Montanhas Mágicas que é uma mais valia para os sete municípios que integram a área de intervenção da ADRIMAG e também permitir às freguesias do interior do Concelho levar mais gente, criar novas oportunidades de negócio, porque, efetivamente hoje os desportos de natureza, os desportos de montanha, os desportos que permitam que as pessoas possam circular e andar ao ar livre são áreas apetecíveis. Os percur-

sos pedestres do Concelho tiveram um crescimento exponencial em termos de visitantes e de pessoas que vinham ao território. A construção de um Concelho faz-se com o somatório de grandes e pequenas coisas e, muitas vezes as pequenas coisas são também muito valorizadas e permitem com a proximidade das pequenas coisas, como o Centro Interpretativo da Serra da Freita, a Casa da Broa de Paraduça, a valorização da cascata do Poço do Linho, entre outros projetos que serão desenvolvidos, tudo isso é o somatório para que o Concelho seja um território bem mais atrativo e bem mais moderno e que as pessoas gostem de visitar e se sintam cá bem.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paim colocou o ponto à votação, esclarecendo uma vez mais que os documentos complementares no ponto 4 já estão inseridos no Orçamento e Grandes Opções que se encontram no Ponto 3.-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 19 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções aprovar o Orçamento 2021 e Plano Orçamental Plurianual 2021-2025 e as Grandes Opções do Plano para 2021-2024, bem como os documentos complementares, e ainda emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos termos do previsto no Anexo II das normas de execução orçamental municipal para 2021. -----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, para fazer a seguinte Declaração de Voto: “Orçamento sem visão de futuro, sem estratégia para o município, resumindo-se no que a obras novas se reporta a uns 600 ou 700 000€ para betuminoso, não demonstrando uma clara preocupação do desenvolvimento de Vale de Cambra, mas na reeleição do Sr. Presidente da Câmara nas próximas eleições autárquicas.-----



[Handwritten signature]

A redução verificada no montante global do orçamento, resulta, essencialmente, da falta de capacidade do executivo da maioria em apresentar projetos suscetíveis de financiamento de fundos comunitários.”-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, para fazer a seguinte Declaração de Voto: “Voto contra porque não concordo com a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal.”-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, afirmou que a Mesa colocará à consideração da Assembleia Municipal o prolongamento dos trabalhos para além das 24h, uma vez que a hora se aproxima, 23:56, e, portanto, não falta tanta matéria quanto isso e não será uma matéria que tomará excessivamente o tempo e será preferível fazer um esforço nesta sessão e concluir do que estar a suspender e a agendar nova data para se voltar. A proposta é que se delibere continuar os trabalhos para além das 24h. Proposta aprovada por maioria de 24 votos favoráveis e um voto contra.-----

5 . APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2021 – deliberação da Câmara Municipal de 3 de novembro: O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, introduziu a apreciação do Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano 2021, necessariamente revisto em conjunto com o orçamento municipal. Para apresentar o ponto, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que começou por explicar que o Mapa de Pessoal para 2021 é um mapa que não é extenso, nesta fase não permite responder a todas as necessidades do Município, diria que se trata do mapa possível em função daquilo daquilo que é a associação à parte financeira; tem alguns novos postos de trabalho a criar, mas no fundo, acaba por ser um mapa que permitirá dar, se não na totali-

dade, alguma resposta aquilo que são os novos desafios. Deixou ainda um alerta pois com a descentralização e com a assunção de novas responsabilidades por parte da Câmara Municipal, que ninguém tenha dúvidas que o reforço de pessoal terá que ser uma necessidade e uma realidade. Não acontece neste orçamento e neste mapa de pessoal para 2021 mas quando a parte da saúde, a educação e outras competências, que estão previstas na descentralização, vierem a ser assumidas pela Câmara Municipal, uma de forma livre e voluntária outras por imposição legislativa, que ninguém tenha dúvidas que o orçamento da Câmara Municipal em termos de encargos com o pessoal disparará de uma forma preocupante, exponencial e proporcional aquilo que serão os encargos com essas novas competências. Lamentou a não presença da Senhora Vereadora do Pelouro, pois poderia de uma forma mais objetiva explicar o Mapa de Pessoal.-----

Tomou da palavra o **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, afirmando que ano após ano se assiste à entrada de pessoas, e pode concordar com a admissão de pessoas, novos funcionários, não gosta de ser confrontado com um mapa de pessoal com cursos feitos para os diversos setores da Câmara, sem haver um diagnóstico das necessidades de recursos humanos, nunca há. Acrescentou ainda que são lançados números ou a pedido de alguém ou pelos interesses; haverão casos necessários, outros nem tanto. Não se vê uma informação técnica jurídica, muito menos um diagnóstico das necessidades de recursos humanos. Nas organizações bem geridas há sempre um diagnóstico pois os recursos humanos são peças fundamentais nas organizações.----

O **Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos**, iniciou a sua apresentação afirmando que o mapa de pessoal deve ser o reflexo das necessidades da orgânica da Câmara Municipal, pelo que se deveria ter auscultado todos os dirigentes e responsáveis dos diversos serviços da Autarquia. O que lhe parece não ter ocorrido. Pela leitura dos documentos se está mais uma vez a afetar



(Handwritten signature)

recursos cuja necessidade não se percebe, por exemplo, um técnico superior ci-
ências sociais, Divisão administrativa e Financeira, o que nos leva a pensar que
poderão estar em causa outros interesses que não os de prestação de um serviço
eficiente e rápido aos valecambrenses.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pi-
nheiro e Silva**, veio concordar com o Deputado Albano Braga sobre o diagnósti-
co, admitindo concordância porque de facto um diagnóstico devia existir e devia
haver resposta em função daquilo que são as necessidades com base na auscul-
tação dos responsáveis, dos chefes respetivos, sendo estes que normalmente re-
portam as necessidades.-----

Em relação à questão colocada sobre a DAF, esta divisão não engloba somente a
parte financeira , engloba também a parte administrativa e a parte dos Recursos
Humanos, portanto, na questão dos Recursos Humanos já entenderá essa neces-
sidade.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Pai-
va**, passou à votação do ponto.-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, de 19 votos a favor, e seis votos
contra, aprovar o mapa de pessoal dos serviços municipais, nos termos e com os
fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 3 de novembro 2020.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, pro-
feriu uma declaração de voto com o seguinte teor: “Voto contra a aprovação do
mapa de pessoal porque nunca nos é apresentado um diagnóstico das necessida-
des de recursos humanos a apresentar pela Senhora Vereadora do Pelouro, Ca-
tarina Paiva e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.”-----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos, proferiu uma de-
claração de voto com o seguinte teor: “A nossa declaração de voto tem a ver com
o que o Senhor Presidente acabou por confirmar que não tem o estudo feito.”-----

6. APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL - deliberação da Câmara Municipal de 17 de novembro: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, solicitou que considerassem uma pequena correção na apresentação porque, de facto, o agendamento não devia ser de aprovação mas sim de apresentação. Este documento é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal. Apresentação de contas com menção à posição financeira e contendo o relatório do Revisor Oficial de Contas, Dr. Rui Pinho.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que o ponto em questão é só para conhecimento não havendo nenhuma discussão. Referiu ainda que o Dr. Rui Valente poderá dar algum esclarecimento adicional bem como o Senhor Vice-Presidente que tem o Pelouro Financeiro e que poderá também dar algum contributo se houver alguma questão objetiva sobre o relatório que é apresentado para conhecimento.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou da não existência de pedidos de palavra e declarou que a Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento da Prestação de Contas Semestral e respetivo Relatório.-----

Continuou, afirmando que nos pontos seguintes estão em causa deliberações que se relacionam com uma instituição cujos órgãos sociais o Senhor Presidente e o Senhor Secretário, Nuno Costa, fazem parte, o que em abstrato pode configurar um conflito de interesse e por mera cautela, irão ambos abandonar a sessão pelo tempo em que estejam a ser discutidos e votados. Uma vez que nos termos do artigo 4º do regimento irão ter de eleger por voto secreto, dois elementos para durante esse lapso de tempo completarem a composição da Mesa com a 2ª Secretária, Susana Silva, que continuará na sessão.-----



Serão necessárias duas pessoas; se houver um elemento da bancada do PSD e outro da do PS, faríamos a votação no imediato. Albino Luís Almeida e João Pedro Henriques da Silva os boletins de voto têm lista A e lista B, solicitou que considerem apenas a lista A e votando na Lista A estarão a votar favoravelmente.-----

Tomou da palavra a **Segunda Secretária, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva**, que ocupou as funções de **Presidente da Assembleia Municipal**, e afirmou que o resultado da votação foi de 22 votos a favor, 2 votos em branco e um voto nulo; chamou ainda para a Mesa os respetivos representantes das bancadas anteriormente referidos.-----

Depois da votação ausentaram-se da sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal e os Deputados Municipais Henrique da Silva Dias e José António Abrantes Soares de Almeida. -----

7. APROVAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS IPSS NO ÂMBITO DO COMBATE À PANDEMIA COVID 19 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO – deliberação da Câmara Municipal de 17 de novembro: A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva**, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a apresentação do ponto.-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, explicou que esta retificação se prende essencialmente com o apoio dado às Juntas de Freguesia. No fundo, os atos praticados foram, considerando a urgência e pertinência e importância de que os mesmos se revestiam, particularmente para as IPSS's, para os Bombeiros. Segundo a legislação aplicável há necessidade da Assembleia Municipal validar os atos praticados considerando que eles o foram fruto das necessidades e da importância de que os mesmos se revestiam para as entidades envolvidas.-----

Interveio o **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, afirmando não estar em causa os apoios prestados às instituições, às

IPSS's, bombeiros e juntas de freguesia, o que estará em causa é sempre a questão que o senhor Presidente gere o segundo mandato na Câmara Municipal e sabe que tem que fazer os despachos atempadamente; a pandemia começou no início de Março, foram dados os produtos em Março e Abril e, no final do ano, a caminho da terceira vaga, só agora faz o despacho, levou o assunto à Câmara Municipal e agora, obrigatoriamente traz o assunto para ser retificado, ser votado na Assembleia Municipal. Acrescentou ainda que após a votação fará uma Declaração de voto.-----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos, em relação a este ponto referiu que a bancada votará favoravelmente mas consideram que não se deve atuar de uma forma reativa mas com uma planificação bem feita. Tem acompanhado as publicações do Senhor Presidente no seu facebook que são importantes para alertar e informar as pessoas. Colocou ainda uma questão: há conhecimento que poderá haver uma nova vaga, esta está a ser muito complicada para o Concelho e não só. A nível social há algum plano da Câmara para ajudar as pessoas? Concretamente foi informado por pessoas da linha da frente, que há famílias inteiras em casa e que não têm, possibilidades de ir buscar medicamentos nem compras; também o informaram que há pessoas infetadas que saem para ir às compras. No plano social o que é que a Câmara está a pensar fazer, o que é que faz, há algum projeto para isso, para ajudar pessoas carenciadas que estão a sofrer com a pandemia.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, explicou que os projetos que estão previstos constam do plano de contingência para o Covid; um plano de contingência que está atualizado e, ao contrário do que o senhor deputado disse, não é reativo, aliás, anda à frente. No início da pandemia Vale de Cambra foi dos Municípios à frente, foi das primeiras Câmaras a conseguir testar integralmente as IPSS'S, foi feito um investimento



considerável, não reativo, mas ativo na resposta à pandemia. Existe a quarta versão do plano de contingência aprovado, onde constam uma série de respostas previstas, elencadas, que desafiou o senhor deputado a ler e consultar no sentido de perceber quais são as respostas. Não irá ler o plano de contingência e a amplitude e abrangência do mesmo mas a resposta à questão colocada encontra-se no Plano de Contingência Municipal para o Covid-19, na sua versão 4, aprovada no dia 17 de novembro.-----

Afirmou ainda que tinha no início da sua intervenção, reforçado a retificação pois é esse aspeto que carece de deliberação da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, afirmou querer referir que quando falou, no início da Assembleia Municipal, por causa da aprovação das atas e ter tido duas semanas “pesadas”, referia-se ao facto de estar a apoiar três ou quatro famílias que têm todos os elementos confinados por Covid e encontra-se a apoia-los.-----

O Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Sousa Matos, explicou que quando falou de reação pretendia referir-se a distribuir máscaras; não pretendia isso mas Vale de Cambra está sempre à frente, tão à frente que integra o grupo dos concelhos mais afetados. Daí ter chamado à atenção para a dimensão social que é muito importante, de apoio às famílias confinadas ou doentes.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva, colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos 21 Deputados Municipais presentes para os efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, ratificar os atos de atribuição de apoios às Freguesias, e a ratificação de todo o processado, assim discriminados: -----

- Freguesia de Arões: total de € 41,50; -----

- Freguesia de Cepelos: total de € 258,00; -----

- Freguesia de Junqueira: total de € 17,80; -----
- Freguesia de Macieira de Cambra; total de € 130,40; -----
- Freguesia de Rôge: total de € 53,10; -----
- Freguesia de S. Pedro de Castelões: total de € 70,30;
- União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho: total de € 207,10.-----

O Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga, proferiu uma declaração de voto com o seguinte teor: “O Senhor Presidente da Câmara usa e abusa das suas funções, ultrapassa tudo e todos, não respeita as funções dos seus vereadores com os pelouros e, quando se lembra, vem pedir aos vereadores da Câmara Municipal, à posteriori, que retifiquem os seus despachos tardios. Neste caso, regista-se também que o Senhor Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Alberto, votou a favor do apoio às IPSS's, no âmbito do combate à pandemia Covid-19, deliberação da Câmara Municipal de 17 de novembro de 2020; reunião pública da Câmara Municipal, o apoio à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra entre outras instituições, devia ter-se absterido e votar porque existe impedimento ao ser Tesoureiro da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra.-----

Reentrou na sessão o Deputado Municipal José António Soares.-----

8. APROVAÇÃO DE PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO RELATIVO À REABILITAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECONVERSÃO DE EDIFÍCIO EXISTENTE, CONHECIDO COMO “CASA DE SAÚDE ALMEIDA PINHO” – deliberação da Câmara Municipal de 17 de novembro: A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva, solicitou ao Senhor Presidente a apresentação do ponto.-----



O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, iniciou a sua apresentação referindo que a Fundação Luíz Bernardo de Almeida (FLBA) deu entrada com um pedido de reconhecimento de interesse público estratégico com vista à reabilitação, ampliação e reconversão do edifício existente conhecido como Casa de Saúde Almeida Pinho. Trata-se de um investimento de relevante interesse para o Município e também para a instituição e também entronca num objetivo que é para a IPSS, neste caso a FLBA apresentar uma candidatura ao Programa Pares que está neste momento aberto; acrescentou ainda que já há 12 anos que não existe esta oportunidade para as IPSS's poderem apresentar este tipo de candidaturas. A mesma já possui parecer favorável emitido pelo Instituto da Segurança Social, bem como pelo Conselho Local de Ação Social, pelo que é solicitado que a Assembleia Municipal, considerando o relevante interesse que o mesmo reveste para Vale de Cambra, seja feito o reconhecimento do interesse público estratégico para a intervenção solicitada.-----

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva**, colocou o ponto à votação.-----

A **Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, de 22 votos a favor dos Deputados Municipais presentes**, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 17 de novembro deferir o Pedido da Fundação Luiz Bernardo de Almeida de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico relativamente à "Reabilitação, Ampliação e Reconversão de edifício existente, conhecido como "Casa de Saúde Almeida Pinho" e respetivos edifícios satélites, ao abrigo do disposto no artigo 101.º -B do regulamento do PDM. -----

Reentraram na sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal e o Deputado Municipal Henrique Dias.-----

9. APROVAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS – EDUCAÇÃO E SAÚDE – PRAZOS – deliberação da Câmara Municipal de 17 de novembro: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, agradeceu aos deputados municipais que se disponibilizaram para completar a Mesa e a todos que ajudaram a resolver a situação.-

Passou ao ponto 9, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirma que na área da saúde e da educação os Municípios e entidades municipais que ainda não tenham aceite as competências previstas no decreto-lei 23/2019 de 30 de janeiro e não o pretendam fazer no ano 2021, devem proceder à comunicação à DGAL dessa decisão até 31 de dezembro de 2020 após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos.-----

Acrescentou que em relação à saúde e educação, neste momento, não estão reunidas condições para que o Município aceite a transferência de competências, por isso para cumprimento do preceituado legal, no que diz respeito à Lei 50/2018, propõe que se comunique à DGAL a não aceitação das competências para o ano 2021, até 31 de dezembro deste ano.-----

O Senhor Deputado Municipal, **Albino Luís Soares de Almeida**, tomou da palavra questionando o Senhor Presidente sobre qual o estado em que Vale de Cambra se encontra neste transferência de competências, porque há a possibilidade de pedir este adiamento, legítimo dadas as circunstâncias atuais, mas são duas áreas extremamente importantes, o caso da saúde e da educação em Vale de Cambra. Acrescentou que mais tarde, de uma maneira ou outra irá acontecer e, uma vez que o assunto já é falado desde 2019, gostaria de saber se eventualmente já há conclusões, se foram encontradas dificuldades, se existe algum grupo de trabalho, se pode expor algumas consequências ou virtudes.



[Handwritten signature]

Apesar do adiamento razoável questionou ponto da situação.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Independente, Albano de Oliveira Braga**, afirmou ter uma intervenção semelhante à do deputado Albino Almeida. Já se aborda o assunto há 2 anos e não existe um diagnóstico, a Câmara devia ter elaborado ou estar a elaborar um diagnóstico com os custos, as responsabilidades para que depois os deputados em consciência possam votar se aceitam ou não as transferências e em que condições é que aceitam. Afirmou ainda possuir um parecer técnico que não percebe quem o assinou nem tem data.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, referiu que o próprio Governo veio aconselhar, atendendo ao período que estamos a atravessar, que nesta fase não se assumissem estas competências porque isto implica negociação; esta transferência não é uma imposição, tem de haver acordos e contratos estabelecidos entre as partes, nomeadamente aquilo que são as obrigações de cada uma das partes, ou seja, da Câmara Municipal e por outro lado do Governo.-----

Em resposta ao Senhor Deputado Albino Almeida afirmou não entender, ao contrário do que este entende, que a delegação prevista na lei, em termos de saúde, seja uma coisa tão extraordinária, porque efetivamente não é. Na área da saúde, os Municípios passam a ser tarefeiros de substituição de vidros e pintura de paredes; esta é a descentralização que está prevista ao nível da saúde e não é tão importante e determinante porque os Municípios não vão ter nenhuma interferência naquilo que é a parte clínica e parte funcional das estruturas de saúde. A esse nível, mesmo que os Municípios não aceitem ou nunca venham a aceitar não seria uma coisa transcendente para os Municípios porque é mais um encargo e mais uma tarefa que os Municípios têm que desempenhar e não têm ação direta naquilo que é a definição das políticas de saúde para os respetivos Municípios.-----

Na área da educação é bem diferente, algo bem mais complexo e de maior responsabilidade. O próprio Governo não tem abordado esta matéria porque efetivamente há outros valores e outras áreas e matérias bem mais importantes e bem mais sensíveis que neste momento são motivo de preocupação e não tanto as transferências de competências nas áreas da saúde e educação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 24 votos a favor e 1 abstenção, a não aceitação de competências na área da Saúde e da Educação, para o ano de 2021, considerando ainda não se encontrarem reunidas as necessárias condições para o efeito.-----

Acrescentou ainda a passagem ao ponto seguinte, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do mesmo.-----

10. ALTERAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE REVISÃO DO PDM: O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** explicou que sendo que esta informação pode levar alguma interpretação dúbia, irá ler um texto que será esclarecedor: “A Câmara Municipal, em reunião de 2/6/2020 deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos de revisão do PDM, pelo período de 6 meses. Por sua vez a Assembleia Municipal aprovou essa prorrogação na sessão ordinária realizada a 29/6/2020.-----

Esta deliberação revela-se extemporânea, tendo em conta que o governo prorrogou o prazo para a conclusão dos trabalhos de revisão do PDM, pelo n.º 1 do artigo 35.º-D, aditado pelo D.L.n.º 20/2020 de 1 de maio, estando em preparação nova prorrogação do prazo até 13 de junho de 2021. -----

Assim, consultada a CCDD-Norte fomos aconselhados a alterar as deliberações acima citadas, substituindo “6 meses” por “igual período” ao constante nas delibe-



rações de 31/707/2018 e 13/09/2018, da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respetivamente".

De seguida o Sr. Presidente da Câmara Municipal leu uma informação subscrita pelo Técnico Superior Armando Ribeiro, do seguinte teor: "Em complemento à informação de 2 de novembro de 2020, venho esclarecer:

1 - A C. M. e a A.M., aprovaram uma prorrogação de 6 meses para a conclusão dos trabalhos de revisão do PDM, em 2.6.2020 e em 29.6.2020, respetivamente;--

2 - Essa prorrogação justificou-se tendo em conta vários fatores, de onde destacamos:

-A pandemia COVID19;-----

-Homologação da cartografia, que condiciona a conclusão dos trabalhos de revisão do PDM;-----

-Trabalhos subsequente adjudicados a terceiros - Carta da REN e Ruido.-----

3 - O Governo, reconhecendo não haver condições para concluir os trabalhos de revisão dos PDM, prorrogou o prazo até dia 31 de janeiro de 2021, através do nº 1 do artigo 35 D, aditado ao D.L. n 20/2020 de 1 de maio, preparando-se para fazer nova prorrogação até ao dia 31 de julho de 2021.-----

Assim, tendo em conta que os Municípios apenas podem fazer uma prorrogação de prazo para concluir os trabalhos de revisão do PDM, e após consulta da CCDR Norte, que preside à comissão consultiva da revisão dos PDM, propõe-se uma alteração à deliberação da A.M., ou seja, que na deliberação da A.M. de 29.6.2020, seja alterada a prorrogação do período de 6 meses por um período de 21 meses (21 meses correspondem a igual período deliberado e considerado para iniciar e concluir a revisão do PDM).-----

Esclarecemos que os prazos para a conclusão dos trabalhos não podem ultrapassar os prazos constantes nas prorrogações do governo, pelo que, a vantagem de considerar 21 meses, salvaguarda, desde logo, outras possíveis

prorrogações que venham a ser decididas pelo governo.”-----

Acrescentou que em nada altera os prazos que estavam estipulados, em termos dos 6 meses que foram pedidos, a própria CCDR recomendou que pedíssemos um período de prorrogação por igual período ao pedido inicialmente. Esta é a justificação para o pedido de prorrogação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, colocou o ponto à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 24 votos a favor e uma abstenção retificar a sua deliberação de 29-06-2020, nos termos e com os fundamentos das informações técnicas substituindo o período de 6 meses, por um período de 21 meses, correspondente a igual período considerado para o processo de Revisão do PDM.-----

11. PEDIDO DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. JOÃO BATISTA DE CEPELOS DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO RELATIVAMENTE À AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE DIA AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 101.º -B DO REGULAMENTO DO PDM. - PROCESSO N.º 80/19 – ONERED EM QUE É REQUERENTE O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. JOÃO BATISTA DE CEPELOS: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, solicitou ainda ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que neste ponto poderia fazer uma cópia do pedido formulado para a FLBA. No fundo, trata-se da mesma coisa, este ponto tem associada uma informação subscrita pela Dr.ª Paula Ferreira, tem também parecer favorável emitido pelo Instituto de Segurança Social, tem os pareceres necessários do Conselho Local de Ação Social e refere também a informação



[Handwritten signature]

subscrita pela Arquiteta Isabel Bastos e pela Chefe da DASDEC, Dr^a Paula Ferreira. No seu entendimento estão reunidas as condições para deferimento do pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para a intervenção solicitada, considerando também que nesta instituição também está associada uma candidatura a fundos que não importa perder, Dado o elevado interesse que os mesmos se revestem para a instituição.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, colocou o ponto à votação.-----

A **Assembleia Municipal** deliberou por unanimidade dos 25 Deputados Municipais presentes, nos termos e com os fundamentos da proposta da Câmara Municipal, Reconhecer o Interesse Público Estratégico para a intervenção solicitada, Ampliação das instalações do Centro de Dia (com alargamento de capacidade de 25 para 35 utentes) ao abrigo do disposto no artigo 101.º -B do Regulamento do PDM, pelo Centro Social e Paroquial de S. João Batista de Cepelos. -----

Mais informou que seria o momento de intervenção do público mas que não há nenhuma pretensão. Assim, continuou, a Mesa propõe a aprovação da minuta da ata da sessão com base, como sempre, num voto de confiança na sua redação, cujo teor nos termos também habituais é enviado por mail, solicitando o favor de fazer chegar os contributos que considerarem pertinentes. Assim, propôs que fosse deliberado elaborar a minuta da presente sessão, aprovado por maioria de 24 votos a favor com um voto contra.-----

Consequentemente, propôs a aprovação do texto da minuta nos termos também habituais, aprovado por maioria de 24 votos favoráveis e um voto contra.-----

Acrescentou ainda que estaria esgotada a Ordem de Trabalhos e sugeriu que recolhessem uma declaração que assinará porque a GNR encontrava-se a fiscalizar as medidas decretadas no âmbito do estado de emergência.-----

Agradeceu a presença de todos.-----

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário